



Sindicato dos  
**JORNALISTAS**  
PROFISSIONAIS NO  
ESTADO DE SÃO PAULO

# UNIDADE

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

ABR-JUN/22 | Nº 415 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR



**EM FOCO**

# DORIA: QUATRO ANOS DE RUÍNA SOCIAL

**SINDICATO RESISTIU DESDE 1º/1/2019,  
QUANDO DORIA ANUNCIOU O PROJETO DE  
LIQUIDAÇÃO DE ESTATAIS, INCLUINDO  
O FIM DA IMPRENSA OFICIAL**

## **FOTOJORNALISMO**

**Lalo de Almeida  
ganha World Press  
Photo com série  
na Amazônia**

## **ENTREVISTA**

**Daniela Arbex  
busca a memória  
e a justiça com  
seus livros**

## **MUNDO**

**Campanha  
defende a  
liberdade de  
Julian Assange**

## **NÃO À GUERRA**

**Prisão e mortes  
de jornalistas na  
bárbarie que  
atinge a Ucrânia**

## EDITORIAL

# Jornalistas paulistas, uni-vos!

**N**o dia 15 de dezembro de 2021, quando o clima de final de ano já começava a tomar conta de nosso Sindicato, recebemos uma notícia para acabar com qualquer espírito natalino. A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), que incorporou no último mês de agosto a Imprensa Oficial (Imesp), enviou uma carta ao jornalista Cláudio Soares, funcionário da empresa e diretor de nos-

sa entidade, determinando o seu retorno imediato às atividades na companhia. Ele estava liberado do trabalho, para exercício do mandato sindical, desde julho de 2019. Os (poucos) diretores liberados em nossa entidade fazem toda a diferença para dar conta de boa parte das inúmeras atividades sindicais que realizamos.

Órgão que surgiu com o nascimento da República, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo conseguiu exercer suas atividades sob o jugo de barões do café, generais da ditadura e tucanos de plumagens diversas. Mas não resistiu à política BolsoDoria: em seu primeiro dia como governador paulista, João Doria encaminhou um projeto à Assembleia Legislativa atacando a Imesp e outras estatais. As consequências posteriores foram centenas de demissões.

Enquanto batalhávamos frente à Prodesp pelo reconhecimento do trabalho jornalístico, outra luta voltava a ganhar força. Jornalistas e radialistas da Rádio e TV Cultura se mobilizavam para exigir reajustes em seus salários. Uma reivindicação sempre justa, mas nesse caso a situação era absurda: com exceção de um pequeno reajuste de 3,5%, em 2018, os trabalhadores da Fundação Padre Anchieta estavam há mais de oito anos sem correções salariais. Para repor as perdas acumuladas, os jornalistas deveriam receber um índice de 57,54% em seus vencimentos!

Vale lembrar que a Fundação Padre Anchieta, que é responsável pela gestão da Rádio e TV Cultura, é mantida por dotações orçamentárias do governo paulista e por recursos próprios.

Após muita luta, com a realização de assembleias, protestos e atividades presenciais e virtuais, duas vitórias. Por meio de uma liminar da Justiça do Trabalho de São Paulo, a liberação sindical de Cláudio Soares foi restituída em março: na decisão, a juíza Lavia Lacerda Menendez ressaltou que as atividades da Imesp devem ser mantidas após a incorporação pela Prodesp, reconhecendo a representação do Sindicato dos Jornalistas e afirmando que as atividades relativas à edição e organização das matérias do *Diário Oficial* cabem aos jornalistas. Além disso, no dia 11 de março, jornalistas e radialistas da Cultura conquistaram 10,33% de reajuste salarial, e correções nos vales alimentação e refeição — um índice insuficiente diante das perdas passadas, mas que reforçou aos trabalhadores que a mobilização é o caminho para a conquista por direitos e salários.

A origem de ambos os problemas têm um denominador comum: os sucessivos governos liderados pelo PSDB, que desde 1995 comanda o estado de São Paulo e implementa uma política de desmonte dos serviços públicos, precarizações e retiradas de direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Como podemos notar nos dois pequenos exemplos dados, nossa categoria é diretamente afetada por tudo isso, não apenas na Cultura ou na Imprensa Oficial, como nas universidades, fundações e demais órgãos vinculados ao governo estadual.

Por conta disso, esta edição do *Unidade* conta com um pequeno dossiê que retrata as lutas das e dos jornalistas diante do governo paulista. Nos últimos três anos e meio, João Doria acelerou o processo de sucateamento e destruição do que ainda restava do patrimônio público de São Paulo. Mas não nos enganemos: as demais gestões que ocuparam o Palácio dos Bandeirantes foram tão nocivas quanto. E isso inclui os 12 anos em que Geraldo Alckmin ocupou o cargo de governador. Fatos são fatos.

## Por respeito e dignidade

No final de abril, celebramos uma boa notícia: o Ministério Público de São Paulo manifestou-se de maneira favorável à movida por nosso Sindicato contra Jair Bolsonaro, pelos danos

morais coletivos causados aos jornalistas por meio de ataques e ofensas. Em 7 de abril de 2021, Dia do Jornalista, nossa entidade ingressou na Justiça para que Bolsonaro seja impedido de realizar manifestações que ofendam, deslegitimem ou desqualifiquem a profissão de jornalista.

Enquanto aguardamos uma decisão final em relação à ação, demos início a uma campanha para garantir e defender o livre exercício de nossa profissão durante a cobertura das eleições. Em abril, lançamos o Pacto Pelo Fim da Violência Contra Jornalistas e em Defesa da Liberdade de Imprensa, um documento que recolherá assinaturas de candidatas e candidatos para que assumam o compromisso público de respeitar o trabalho dos jornalistas e impedir ameaças e agressões durante a cobertura do processo eleitoral.

Como indicam os discursos, gestos e ações escancaradamente golpistas do presidente da República, sabemos que enfrentaremos momentos difíceis nos próximos meses. Por isso, convidamos todas e todos os colegas a se somarem às

ações em defesa de nossa livre atuação no período eleitoral.

Empresas de comunicação também se mostram preocupadas com o atual cenário político, pelo menos em seus comunicados para o público externo. Mas além do apoio moral ao exercício jornalístico, essas companhias também deveriam garantir a reposição dos salários e a manutenção de nossos direitos — há cinco meses, enfrentamos a intransigência patronal das emissoras de rádio e televisão, que se recusam a corrigir os salários pela inflação. Como podemos notar, a luta por dignidade de nossa categoria passa por todos os locais de trabalho do estado de São Paulo, seja no serviço público ou privado. E é por isso que precisamos estar mais unidas e unidos do que nunca! ■

*Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo*

## ERRATA

Na edição nº 414, página 19, o primeiro parágrafo da seção *Memória* continha um erro. Dermi Azevedo ocupou o cargo de secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo na gestão 1991-1994, e não entre 1997 e 2000.



## UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

### EXPEDIENTE

**Diretor responsável** Eduardo Viné Boldt  
**Edição** Priscilla Chandretti **Jornalista** Adriana Franco **Edição de arte** Fábio Bosquê **Revisão** Cláudio Soares

### CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfourir, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nas-sif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

**Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.**

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

### DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente** Thiago Tanji **Secretária-geral** Cândida Vieira **Finanças e Administração** Cláudio Soares **Interior** Solange Santana **Comunicação e Cultura** Eduardo Viné Boldt **Relações Sindicais e Sociais** José Eduardo de Souza **Sindicalização** Lillian Parise **Jurídica e de Assistência** Larissa Gould **Formação Sindical e Profissional** Cristina Charão

### DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Guilherme Balza, Paulo Zocchi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Tavares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione, Michele Barros, Solange Melendez

### COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

### REGIONAIS

**ABCD** Rossana Lana (diretora regional), Ana Valim, Peter Suzano, Vilma Amaro  
**Bauru** Camila Fernandes (diretora regional), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio Borges, Tânia Brandão  
**Campinas** Marcos Alves (diretor regional), Márcia Quintanilha (licenciada), Reginaldo Cruz, Valério Paiva  
**Piracicaba** Patrícia Sant'Ana (diretora regional), Adriana Ferezim, Gustavo Anunciato, Martin Vieira (licenciado), Paulo Roberto Botão  
**Ribeirão Preto** Sérgio Sampaio (diretor regional), Fábio Benedito, Fernando Braga, João Moreira, Marcia Rosseto, Marco Rogério Duarte, Raphael Cruz Pena  
**Santos** Sandro Thadeu (diretor regional), Carlos Norberto Souza, Daniela Origuela, Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miranda, Suely Torres  
**Sorocaba** Adriane Mendes (diretora regional), Fabiana Caramez, Pedro Courbassier  
**Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo Almeida, Fernanda Soares

### CONSELHO FISCAL

Fábio Soares, José Augusto Camargo, Norian Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linares

### COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier  
**Contato:** comissaodeetica@sjsp.org.br

sjsp.org.br  
 unidade@sjsp.org.br  
 /JornalistasSP  
 /SindicatoJornalistasSP  
 @JornalistasSP

## DESTAQUE



DOMÍNIO PÚBLICO/NAO CREDITADA

# Não à guerra!

Sindicato e Fenaj manifestam solidariedade a jornalista russa presa por protestar contra ataques à Ucrânia

por Cláudio Soares

**N**osso sindicato divulgou nota, elaborada com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em solidariedade à jornalista russa Marina Ovsyannikova, detida e ameaçada de processo após ter levantado, em 14 de março, um cartaz contra a guerra na Ucrânia, durante transmissão ao vivo em um telejornal russo no qual trabalha [[bit.ly/solidariedadeMarina](https://bit.ly/solidariedadeMarina)]. Propusemos, também, que outras entidades sindicais se manifestem, por meio de moção dirigida à embaixada russa (veja ao lado).

Vladimir Putin, presidente da Rússia, ordenou o início da ofensiva contra a Ucrânia em 24 de fevereiro. Desde então, a guerra e seus horrores estão de volta à Europa.

A população ucraniana, claro, é a vítima direta dos ataques. O número de mortes é difícil de ser estimado precisamente, e há informações de mais de 3 milhões de ucranianos que saíram do país para fugir da guerra, além de 6 milhões de deslocados internamente. A Ucrânia está destruída, com pelo menos metade de suas empresas fechadas, e a outra parte funcionando de forma precária. A perspectiva de ir para baixo da linha da pobreza paira sobre a grande maioria dos ucranianos.

O povo russo sofre também, porque as sanções decididas pelos Estados Unidos (EUA) e pelos países da União Europeia fizeram desabar a cotação de sua moeda, o rublo, e elevaram os preços de produtos alimentícios básicos. A inflação em março chegou perto de 17%. Grandes empresas estrangeiras saíram do país, o que elevou o desemprego. Ou seja, as medidas atingem de fato a população comum, e não os governantes.

Não há, além disso, espaço para protestar contra o conflito, por proibição do governo russo. Milhares de pessoas foram

## PROFISSIONAIS DE IMPRENSA, INCLUINDO BRASILEIROS, ARRISCAM-SE NO TEATRO DA GUERRA PARA TRAZER OS FATOS. PELO MENOS SETE JORNALISTAS FORAM MORTOS EM COBERTURA

presas por manifestarem-se a esse respeito. Uma lei que Putin fez aprovar às pressas define que é crime desacreditar o exército do país ou chamar a guerra de guerra. Trata-se, na linguagem oficial imposta, de uma “operação militar especial”. Quem desobedecer, fica sujeito a penas de até 15 anos de prisão.

A grande mídia das potências ocidentais, de outro lado, em geral faz coro com seus governos e se alinha ao governo ucraniano. Minimiza a reação à guerra no próprio interior da Rússia, e assume de forma acrítica as posições da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), aliança militar entre EUA e países europeus, que dá respaldo – e armas – à Ucrânia. Para não falar em coberturas que mal disfarçam o teor racista, ao diferenciar os refugiados ucranianos “brancos e bem formados” dos africanos ou afegãos que tentam ingressar na Europa.

### Direito à informação

O direito à informação, tão necessário num momento agudo como esse, é atacado por todos os lados. E confirma-se o velho clichê de que, na guerra, a primeira vítima é a verdade. Apesar disso, profissionais de imprensa, entre os quais vários brasileiros, realizam o seu trabalho, arriscando-se no teatro da guerra para trazer os fatos, em condições evidentemente difíceis e perigosas.

De acordo com o Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ), pelo menos sete jornalistas foram mortos enquanto faziam a cobertura da guerra, e o comitê investiga se cinco outros profissionais morreram no exercício de seu trabalho.

Nossa nota sobre a jornalista russa afirma: “A Fenaj e o SJSP condenam essa violência contra a jornalista, exigem sua imediata libertação, e se manifestam em defesa da liberdade de expressão e do direito de consciência dos jornalistas, direitos democráticos e universais. Independentemente das questões geopolíticas envolvidas e da complexidade deste e de outros conflitos que ocorrem no planeta, profissionais de imprensa têm direito ao exercício da cidadania, e inclusive de se posicionar contra as posições editoriais dos órgãos de imprensa nos quais trabalham”.

Por trás do conflito, estão os interesses dos grandes do mundo, não só os dos oligarcas russos, mas também dos EUA, que buscam, por exemplo, substituir a Rússia no fornecimento de gás a nações europeias. Países da Europa anunciaram a elevação dos gastos militares em seus orçamentos. Há anos, os EUA pressionam esses países a aumentarem suas contribuições financeiras à Otan. Boa parte dos recursos do organismo é direcionada à compra de armamentos fabricados por empresas estadunidenses. Quem produz, quer vender. Para vender, precisa da guerra. Trata-se de uma guerra pelo controle de mercados. A guerra não interessa aos povos. ■

**Jornalistas reunidos em Bucha, cidade ucraniana. A imprensa busca garantir o direito à informação, atacado por todos os lados**

### PROPOSTA DE MOÇÃO

#### EM DEFESA DA JORNALISTA RUSSA MARINA OVSYANNIKOVA

A jornalista russa Marina Ovsyannikova enfrenta o risco de ser presa por longo período em virtude de ter levantado, no dia 14 de março, um cartaz contra a guerra na Ucrânia, durante a transmissão ao vivo em um telejornal russo no qual trabalha. O cartaz, feito à mão, dizia: “Não à guerra. Não acredite na propaganda. Você está sendo enganado aqui. Os russos são contra a guerra.” A jornalista foi imediatamente presa, levada pelas autoridades e ficou incomunicável durante muitas horas, num ato autoritário e ilegal.

A violência contra a profissional recebeu o repúdio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), que apoiaram as palavras do secretário-geral da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), Anthony Bellanger: “Nos solidarizamos com a jornalista russa Marina Ovsyannikova, vítima da recente lei de mídia abusiva aprovada na Rússia”.

Manifestamos nossa posição em defesa da democracia, contra a guerra!

Liberdade para a jornalista Marina Ovsyannikova!

✉ Envie para a embaixada da Rússia no Brasil: [embassy.brasil@mid.ru](mailto:embassy.brasil@mid.ru); [embaixada.russia@gmail.com](mailto:embaixada.russia@gmail.com), com cópia para o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo: [jornalista@sjsp.org.br](mailto:jornalista@sjsp.org.br)

## FOTAJORNALISMO

# Distopia Amazônica

Fotos Lalo de Almeida

O trabalho de fôlego do fotojornalista Lalo de Almeida na floresta amazônica foi o vencedor na premiação de 2022 do World Press Photo, na fase mundial da categoria projeto de longa duração. A série teve início em 2012 e reuniu 30 fotografias, a maioria para a *Folha de S. Paulo*.

O ensaio é um testemunho da destruição e dos riscos – sobre o meio ambiente e sobre as comunidades locais – do desmatamento, da mineração e da exploração de outros recursos, sob ritmo acelerado, principalmente a partir de 2019.

A intenção de Lalo é mostrar que o modelo de exploração da Amazônia se perpetua no tempo, mas com Bolsonaro vivemos o pior momento dessa história.

Segundo o site da premiação, o júri considerou que cada imagem de Lalo é “intencional e impactante”, e premiou o projeto porque “ele demonstra, de forma poderosa, os efeitos do abuso da terra pela humanidade e liga essas realidades a uma narrativa globalmente compreensível sobre a crise climática”. ■





**1.** Um homem caminha perto de aldeia do povo yawalapiti, em meio à fumaça de incêndios florestais no Parque Indígena Xingu.

**2.** Jasson Oliveira do Nascimento, um residente na Reserva Extrativa Arapixi, criada em 2006 como área de proteção para o uso sustentável dos recursos, mas que tem sido invadida por grileiros, os quais ameaçam o modo de vida de 300 famílias.

**3.** O desmatamento massivo é evidente em Apuí (AM), município cortado pela Rodovia Transamazônica. Apuí é a fronteira da expansão agrícola na Amazônia, e um dos municípios mais devastados.

**4.** Homens trabalham em uma mina de ouro a céu aberto no município de Peixoto de Azevedo (MT). Parte da extração na região é ilegal, e mesmo minas legais muitas vezes descumprem a regulação ambiental.

**5.** Cabana frequentada por usuários de crack, na Rua das Olarias, uma das áreas marcadas pela violência em Altamira (PA)



## FOTOJORNALISMO

## ENTREVISTA / LALO DE ALMEIDA

# A floresta e as pessoas que lá habitam

Lalo de Almeida está há uma década conhecendo a Amazônia, para nos mostrar a exploração predatória que se perpetua

por Eduardo Viné Boldt

**P**ela terceira vez em cinco anos, o trabalho do fotógrafo Lalo de Almeida figura entre os premiados mundiais no Word Press Photo, principal premiação do fotojornalismo mundial. O projeto *Distopia Amazônica*, que documenta a ocupação do território amazônico e os impactos sobre a floresta e seus habitantes, foi o vencedor de 2022 na categoria projeto de longa duração, na fase mundial.

Antes, a série *Pantanal em chamas*, que havia sido gentilmente cedida ao *Unidade*, ganhou em 2021 na categoria Meio Ambiente (veja na edição 408). Em 2017, Lalo ficou em segundo lugar na categoria Questões Contemporâneas, com uma série sobre mães e seus filhos com microcefalia a partir do surto de zika.

Lalo conversou com o *Unidade* e falou sobre o acelerado processo de devastação da região amazônica, o tema do ensaio vencedor de 2022, que tem origens históricas, mas se acelerou com a devastadora política ambiental do governo Bolsonaro. Comentou ainda sobre as novas possibilidades narrativas com o advento da internet e da produção de conteúdo multimídia para a *Folha de S. Paulo*, periódico com o qual colabora há mais de 28 anos.

**Gostaria que você falasse sobre a escolha por realizar reportagens mais longas e ter conseguido esse reconhecimento internacional.**

Acho que você percebeu bem o movimento que ocorreu a partir de 2012, quando eu começo a fazer o projeto de Belo Monte, que também é o início do projeto da *Distopia Amazônica*.

Eu começo a entender este projeto em 2009, quando fui pela primeira vez para Altamira, na região do Rio Xingu, onde havia a intenção de se construir Belo Monte, para acompanhar as primeiras audiências públicas. Aí eu percebo que

ia acontecer algo grande na região, e fiquei de olho.

Eu começo a fotografar após ganhar o Prêmio Marc Ferrez, que é como se fosse uma bolsa da Funarte, para fazer um trabalho dos impactos socioambientais da obra. Fico quatro meses morando em Altamira. Daí, por coincidência, o jornal *Folha de S. Paulo* começa a fazer modelos de narrativa multimídia baseados em uma história do *New York Times*, que misturava diversos recursos que só eram possíveis na versão online do jornal. A partir desse projeto de Belo Monte em 2012, o jornal começa a enxergar a possibilidade de fazer outros grandes projetos dessa maneira, grandes narrativas multimídia, e começou a fazer um grande projeto por ano. Então fizemos um sobre a crise hídrica, depois sobre desmatamento, sobre o vírus da zika em 2016, quando eu fui premiado pela primeira vez, com um ensaio sobre as crianças que têm microcefalia. Na verdade, o trabalho falava mais sobre a relação das mães com as crianças do que sobre o vírus em si.

O vídeo sempre foi uma coisa que me interessou. Quando houve essa oportunidade, eu acabei criando um método de trabalho para que de alguma forma desse conta de fazer todas essas funções, o vídeo, a foto, o áudio, o drone... Cara, uma loucura! Mas eu fui me adaptando para utilizar todos esses recursos.

Quando eu comecei a fotografar, nem morava no Brasil ainda, vim passar umas férias aqui e fotografei umas crianças. Infelizmente, parece que a gente está voltando a esse tempo, mas na época havia um monte de crianças na rua e elas ficavam concentradas na Praça da Sé. Isso era nos anos 90. Eu passei uma semana documentando a vida delas e gravando depoimentos. Naquela época, eram fitas cassetes. Sete anos depois, eu já trabalhando na *Folha*, estava no



GABRIEL CABRAL

**Para o premiado fotojornalista, o governo Bolsonaro leva a ameaça à floresta amazônica a um nível nunca visto**

meio de uma rebelião dentro do presídio no Tatuapé quando olho para uma das detentas e percebo que eu a conhecia de algum lugar. Percebi que ela estava olhando para mim e me reconheceu também. Ela acenou, mas, por causa da gritaria, a gente não conseguiu se falar. Então, lembrei que era uma das meninas que eu tinha entrevistado sete anos antes na Praça da Sé.

Então, eu propus para a *Folha* um projeto em que a gente pegasse as fotos da época e tentasse reencontrar essas crianças da Sé. O que elas viraram quando adultas? Qual é o caminho delas? Era meio óbvio, só precisava comprovar. Encontramos umas 15 crianças, que naquela época já eram adultas. Desse grupo, 10 estavam presos, quatro haviam morrido e uma havia virado evangélica.

Foi quando me deu um desespero, porque na hora de publicar esse material ainda não tínhamos a internet [como é hoje]. Eu tinha todos os depoimentos da época e não tinha como usar isso. Quando apareceu essa possibilidade, percebi que poderíamos utilizar todas essas ferramentas para melhorar a narrativa.

**Nos dois últimos anos, você foi premiado com ensaios sobre a devastação de biomas. Como você vê essa relevância do tema ambiental na maior premiação do fotojornalismo mundial,**

**“PARA MIM, FOI ESPECIAL ESSA PREMIAÇÃO PORQUE RECONHECE UM TRABALHO DE DEZ ANOS, E É COMO SE FOSSE UM RECONHECIMENTO PELA MINHA CARREIRA”**

**e o quanto isso reflete a nossa tragédia de viver sob o governo Bolsonaro atuando de forma predatória?**

Para mim, foi especial essa premiação porque na verdade ela reconhece um trabalho de dez anos, e é como se fosse um reconhecimento pela minha carreira. Eu acho que existem diferenças entre os dois ensaios. O *Pantanal em chamas* foi um trabalho conjuntural, de um momento específico.

A *Distopia Amazônica* trata de uma questão mais estrutural do que conjuntural. A intenção do projeto foi mostrar que o modelo de exploração da Amazônia se perpetua no tempo. A gente chega ao fundo do poço agora com o governo Bolsonaro, quando ele leva a ameaça à floresta amazônica a um nível nunca visto. Mas o modelo de ocupação da Amazônia se repete, desde o período colonial, o governo militar, passando pelo PT com a construção de Belo Monte e chegando ao ápice com Bolsonaro.

Não é uma discussão fácil, não existe só um vilão. É um processo, é uma lógica de como o Brasil vê a Amazônia. Inclusive, eu acho que essa mentalidade do Bolsonaro de ver o meio ambiente como um obstáculo para o desenvolvimento é uma visão comum de muitos brasileiros. As pessoas falam: “Ah, aquele é um ambientalista”... é uma coisa pejorativa. A questão ambiental para muita gente é um assunto chato, é um atraso, é uma coisa de comunista. Então, esse projeto quer mostrar que o problema é estrutural, sem deixar de falar que nós estamos vivendo o pior momento dessa história toda.

Primeiro, porque as pessoas não conhecem a Amazônia, na verdade. Todo mundo opina, mas pouca gente conhece. A Amazônia é um continente. Estou viajando muito por lá e não conheço nada. Quanto mais eu vou, mais eu tenho dúvidas sobre aquela região. As pessoas têm ideia de que é uma grande floresta verde, habitada por índios, quando que na verdade tem milhões de pessoas, comunidades e populações indígenas de todos os tipos, uma diversidade enorme de gente, de ocupação.

Não é só uma questão ambiental, a Amazônia tem de ser vista de um ponto de vista socioambiental. Essas palavras não devem estar separadas, pois a questão da floresta deve ser pensada também com as pessoas que lá habitam. ■

## INTERNACIONAL

# Cresce mobilização contra extradição de Julian Assange

Vitória eleitoral dos trabalhistas na Austrália, seu país natal, e declaração favorável da comissária de Direitos Humanos da União Europeia contam pontos a seu favor

por Pedro Pomar

**N**as últimas semanas, vem aumentando a mobilização internacional contra a possível extradição do jornalista australiano Julian Assange para os EUA. Fundador do WikiLeaks e responsável por impactantes revelações sobre crimes de guerra cometidos pelos EUA no Iraque e no Afeganistão, Assange está preso na Inglaterra desde abril de 2019, a pedido da Casa Branca, interessada em calar sua voz e evitar novos vazamentos por meio da intimidação. O jornalista aguarda deliberação da secretária Priti Patel, do Ministério do Interior britânico, que decidirá se ele será extraditado ou não.

Embora a juíza de primeira instância que julgou o caso tenha recusado a extradição, as cortes britânicas aceitaram recurso dos EUA e rejeitaram os apelos posteriores de Assange. Autorizaram, assim, a extradição do jornalista, cabendo a Patel, porém, a palavra final. Ainda que Patel pertença ao Partido Conservador, espera-se que ela eventualmente repita o gesto de sua antecessora no cargo, Theresa May, que dez anos atrás negou a extradição no caso do hacker Gary McKinnon, o qual havia invadido os sistemas da Nasa e do Pentágono buscando informações sobre OVNI.

Apesar do cenário altamente preocupante, algumas notícias recentes favorecem Assange. No dia 21 de maio, os trabalhistas venceram as eleições gerais da Austrália, criando chances de uma mudança de posição do governo australiano — o qual até agora, sob direção dos conservadores, vinha abandonando o jornalista à sua própria sorte. Em abril, o pai de Assange, John Shipton, já havia celebrado a possível eleição de um governo trabalhista como uma “grande oportunidade” para libertar o jornalista [<https://bit.ly/3Ga4rlr>]. Em 2021, quando questionado sobre o caso,

o líder trabalhista e agora primeiro-ministro eleito, Anthony Albanese, foi suficientemente claro: “Basta. Não tenho simpatia por muitas de suas ações, mas essencialmente não consigo ver a que serve mantê-lo encarcerado”. [<https://bit.ly/3LFyin3>]

Em 18 de maio, a comissária de Direitos Humanos da União Europeia, Dunja Mijatovic, fez uma forte declaração em defesa de Assange [<https://bit.ly/3yP-DYYU>], que permaneceu sete anos refugiado na embaixada do Equador em Londres, impedido de deixar a Inglaterra, antes de ser capturado com a anuência do governo de Lenín Moreno. “Na minha opinião, a acusação dos EUA contra Assange levanta questões importantes sobre a proteção daqueles que publicam informações classificadas de interesse público, incluindo informações que expõem as violações dos direitos humanos”, afirmou ela, lembrando que muitas das “amplas e vagas” alegações da Casa Branca contra Assange “são preocupantes, pois dizem respeito a atividades no centro do jornalismo de investigação na Europa e para além dela”. Assim, advertiu Dunja, permitir a extradição de Assange “teria um efeito assustador na liberdade de imprensa” e poderia, em última análise, dificultar a “fiscalização pública em sociedades democráticas”.

“Priti Patel, ouça isso alto e claro: Julian Assange não deve ser entregue aos EUA”, escreveu, no *The Guardian*, o repórter Duncan Campbell, correspondente do jornal em Los Angeles [<https://bit.ly/3LFcms0>]. “Ele deveria ter recebido fiança há muito tempo para ficar com sua esposa, Stella Moris, com quem se casou na prisão em março, e seus dois filhos pequenos; ele poderia simplesmente ser marcado e monitorado eletronicamente”. Assange enfrenta acusações sob a Lei de Espionagem, destaca, o que acarreta



ROBERTO PARIZOTTI

**Representantes do Sindicato dos Jornalistas de SP participam de manifestação em frente ao consulado do Reino Unido, em 25 de fevereiro, no Dia Internacional de Atos pela Liberdade de Assange**

uma sentença potencial de 175 anos. “E, sim, o sistema de justiça criminal dos EUA realmente impõe essas sentenças medievais.” Campbell lembra ainda que a Anistia Internacional engajou-se na campanha pela libertação do fundador do WikiLeaks.

Cresce também a mobilização dos jornalistas, enquanto categoria profissional, em favor de Assange. Um abaixo-assinado da organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) que pede sua libertação obteve 64 mil assinaturas e foi encaminhado ao governo britânico. No Brasil, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), diversos sindicatos de jornalistas e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) têm se somado a iniciativas em sua defesa, como a liderada pela Assembleia Internacional dos Povos (AIP).

Uma reunião realizada em 19 de maio, com a participação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e de cerca de vinte outras entidades e grupos, aprovou uma série de medidas importantes, que incluem novos atos públicos de protesto diante das representações diplomáticas do Reino Unido e dos EUA em diversas capitais e a realização de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, com a possível participação de familiares de Assange.

Enquanto tudo isso acontece, os apoiadores do jornalista australiano sofrem bloqueios inesperados (ou nem tanto). O professor Sérgio Amadeu da Silveira, da Universidade Federal do ABC (UFABC), coautor da série de programas de vídeos *Tecnopolítica*, denunciou que o YouTube bloqueou, e depois reprovou, o episódio intitulado *Por que os EUA querem eliminar Julian Assange?*. Na avaliação de Amadeu, um dos maiores especialistas brasileiros na temática das redes sociais, “querem reduzir o alcance da campanha pela liberdade de Assange”.

**UM ABAIXO-ASSINADO POR SUA LIBERTAÇÃO, DOS REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS, OBTEVE 64 MIL ASSINATURAS. NO BRASIL, A FENAJ E SINDICATOS DE JORNALISTAS TÊM SE SOMADO A INICIATIVAS**

**EM FOCO**

# O DESMONTTE

**EXTINÇÕES DE EMPRESAS, ENTREGA A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, CONCESSÕES:  
O VALE-TUDO PARA LIQUIDAR O PATRIMÔNIO DE SÃO PAULO**



# DE DORIA

por: **Adriana Franco, Cláudio Soares, Pedro Pomar**  
edição: **Cláudio Soares e Priscilla Chandretti**

O período em que João Doria (PSDB) esteve à frente do governo do estado de São Paulo (2019–2022) foi marcado por uma política de ataques ao serviço público que conseguiu ser ainda mais agressiva que a de seus antecessores tucanos. A esse respeito, o *Unidade* preparou as matérias a seguir.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) tem posição histórica em defesa da comunicação pública e do serviço público como um todo. Nossa categoria está presente, nesse setor, particularmente na Empresa Brasil de Comunicação, na Rádio e TV Cultura (da Fundação Padre Anchieta) e na Imprensa Oficial do Estado (“incorporada” no ano passado pela Prodesp, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo). Para não falar das assessorias de comunicação, rádios e TVs das administrações federal, estadual e municipais.

O que se passa no setor público, para além das nossas demandas específicas como jornalistas, diz respeito a toda a sociedade. O acesso da população a serviços públicos de qualidade, nos diversos domínios da vida social, é um dos elementos básicos da cidadania. Algo que tem passado bem longe das preocupações de governos privatistas e favorecedores de interesses privados.

Os argumentos de Doria e de seus secretários para a política de acabar com as estatais são risíveis, considerando-se os interesses da maioria do povo. Economia de gastos? Racionalização de atividades? Basta pegar alguns poucos exemplos de serviços realizados por empresas estaduais extintas em 2019 – como a realização de estudos de planejamento metropolitano (Emplasa) e a recuperação de estradas vicinais (Codasp) – para se perceber que o retorno à sociedade justificava amplamente a sua existência. E que a iniciativa privada não suprirá essas demandas de forma adequada.

Esperamos que os textos sobre o desmonte promovido por Doria sejam elementos de reflexão e de debate em toda a categoria.

## Nosso sindicato iniciou luta contra o primeiro projeto do governo

Em janeiro de 2019, assim que foi anunciada a extinção ou fusão de seis estatais paulistas, o SJSP propôs a união dos trabalhadores

**Q**uando João Doria assumiu o governo do estado, seu primeiro projeto de lei pretendia dissolver, extinguir ou fundir seis empresas estatais, entre as quais a Imprensa Oficial do Estado (Imesp). O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) propôs desde o início que se organizasse a luta, em unidade dos trabalhadores das estatais, para evitar que a proposição fosse aprovada.

Antes mesmo do envio do projeto à Assembleia Legislativa do Estado (Alesp), o SJSP divulgou, em 15 de janeiro de 2019, nota contrária à proposta. No dia 31 daquele mês, na sede do

nosso sindicato, foi realizada a primeira reunião de entidades representativas dos trabalhadores das empresas abrangidas pela proposta, com o objetivo de organizar a luta contra a medida. Foi constituída então a Frente Sindical contra o PL 1/2019, que depois editou um tabloide de quatro páginas para fazer a campanha entre a população.

Num manifesto aprovado no dia 14 de fevereiro, os sete sindicatos participantes da frente citavam as empresas que, de acordo com as informações do próprio governo, passariam por “transformação, fusão, cisão, incorporação ou extinção”. Além da Imesp, estavam listadas: Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa), Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp) e Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp).

O texto rebatia a justificativa apresentada, de “racionalização da atuação do Estado”, ao afirmar: “Na verdade, o que se pretende é extinguir ou entregar à iniciativa privada empresas públicas importantes, responsáveis por trabalhos relevantes para a população de São Paulo. Os cidadãos do Estado serão os primeiros prejudicados com a eventual aprovação da lei. Além disso, as privatizações são sempre acompanhadas de demissões [...]”.

Infelizmente, a previsão das entidades estava correta.

Uma assembleia unitária dos trabalhadores da Imesp, realizada em 21 de fevereiro, aprovou por unanimidade posição contrária ao PL 1/2019. Ao mesmo tempo, os trabalhadores da Emplasa realizavam por iniciativa própria uma importante mobilização, indo à Alesp para conversar com os parlamentares e manifestar-se contra a extinção da empresa. Os sindicatos juntaram-se a esse movimento, o que resultou numa atividade unitária de funcionários das seis empresas em defesa do serviço público. Houve manifestações de rua, organizadas pelo movimento, e audiências públicas na Alesp.

### Cheque em branco

Deputados do PT, do PSOL e do PCdoB colocaram-se ao lado da mobilização dos empregados. A própria base do governo na Alesp reclamou do projeto, por não estar acompanhado de nenhuma justificativa técnica ou estudo. Os deputados sentiram-se diminuídos, como se Doria exigisse deles um cheque em branco. Por isso, a tramitação não foi tão simples.

Para conseguir fazer passar a proposta, o então líder do governo, Carlão Pignatari (PSDB), negociou uma substituição para a proposta original. A Dersa foi retirada do projeto. Emplasa, CPOS e Codasp seriam extintas. E a Imesp, incorporada à Prodesp. Com essas modificações, o projeto foi aprovado em 15 de maio de 2019, por 57 votos a 26.

Dessa votação resultou a Lei 17.056. O SJSP, embora seja contrário à lei, tem chamado a atenção para o fato de que ela prevê, em seu artigo 2º, que as atividades desenvolvidas pelas empresas não seriam paralisadas. Isso não foi levado em conta pela Prodesp na “incorporação” da Imesp. **(CS)** 

## EM FOCO



Em frente à Imprensa Oficial, trabalhadores protestam contra as demissões, no dia 3 de junho de 2021

## Fim da Imprensa Oficial traz ameaças à cidadania

Demissões em massa e não reconhecimento do trabalho jornalístico marcam o processo de “incorporação” à Prodesp

No dia 2 de agosto de 2021, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp) deixou oficialmente de existir. A centenária empresa, fundada em 1891 para editar o *Diário Oficial* do Estado, foi “incorporada” pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp). As aspas são justificadas porque o que houve, na prática, foi a extinção da Imprensa Oficial, com parte importante de suas atividades desaparecendo no processo.

Nos anos recentes, não houve investimentos na renovação de pessoal, e o último concurso público para contratação de funcionários na Imesp ocorrera há mais de uma década.

### Destruição paulatina

Em 2019, de acordo com dados oficiais apresentados à Assembleia Legislativa do Estado (Alesp), a empresa tinha 561 funcionários de carreira e 174 cargos de confiança (63 dos quais eram ocupados por pessoal de carreira). No Programa de Desligamento Incentivado (PDI) lançado pela empresa, houve a adesão de 223 profissionais. Ficaram, portanto, cerca de 400 empregados de carreira.

Dois meses antes da incorporação, veio novo golpe. Mais de 200 pessoas foram demitidas a partir de 2 de junho de 2021. Em plena pandemia, receberam a comunicação de dispensa por meio de telegrama ou pelo WhatsApp, num gesto a mais de sadismo que coroava a destruição em curso.

O quadro de jornalistas foi dizimado. Em 2013, nossa categoria contava com cerca de 60 profissionais na Imesp. Após todo o processo, a Prodesp tem atualmente apenas 8 jornalistas – que a empresa, numa absurda tentativa de mascarar a realidade, insiste em dizer que não realizam mais atividade jornalística (leia ao lado). Em consequência desse entendimento, havia cassado em dezembro a liberação sindical deste diretor do SJSP, afirmando que não caberia mais a representação do Sindicato dos Jornalistas na companhia. Uma decisão liminar, obtida pelo Jurídico do Sindicato em março deste ano, repôs a liberação.

Com as demissões do ano passado, houve também o fechamento da gráfica da empresa, e todos os profissionais gráficos que não tinham estabilidade perderam o emprego. Isso significou, por exemplo, que o trabalho de edição, impressão e distribuição de material didático para as escolas da rede estadual de ensino – serviço gigantesco e

## A POSIÇÃO DA PRODESP DE NÃO RECONHECER O TRABALHO JORNALÍSTICO AMEAÇA O DIÁRIO OFICIAL, UM INSTRUMENTO DE CIDADANIA QUE DÁ ACESSO ÀS DECISÕES DE GOVERNANTES E LEGISLADORES

essencial para a educação pública – deixou de ser feito pelo Estado. Passou para gráficas privadas, a custo mais alto para o governo.

A editora da Imprensa Oficial, com um catálogo de quase mil títulos, responsável pela publicação de importantes obras históricas, artísticas e científicas, está com suas atividades oficialmente suspensas. A venda de livros foi interrompida, e não se ouve falar em lançamentos.

### Importância do *Diário Oficial*

A posição da Prodesp de não reconhecer o trabalho jornalístico traz ameaças ao próprio *Diário Oficial*, cuja dimensão social parece ser desprezada pela empresa. Criado no início da República, o jornal é um instrumento de cidadania, ao dar acesso democrático às decisões de governantes e legisladores. Assim, a população tem mais condições de acompanhar, avaliar e fiscalizar as iniciativas do governo.



CADU BAZILEVSKI/SJSP

### DIMENSÃO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NO DIÁRIO OFICIAL

A Prodesp é agora responsável pelo *Diário Oficial*, mas afirma, em correspondência de seu setor jurídico enviada em dezembro ao SJSP, que “não produz qualquer matéria de circulação externa”. Realmente, é uma empresa que inova... nos argumentos estapafúrdios. Ainda que sua atividade principal seja a de tecnologia da informação, o fato é que, após a incorporação da Imesp, a Prodesp passou a ter também atribuições jornalísticas.

Desde a época da Imesp, havia uma tentativa de eliminar o trabalho de jornalistas no *Diário Oficial*, sob a alegação de que a responsabilidade seria exclusiva da secretaria ou órgão estadual que envia o ato para publicação. Por isso, não haveria necessidade de edição.

Não há dúvida de que o responsável pelo teor do ato é a autoridade que o emitiu. Os editores não interferem em seu conteúdo, mas realizam a adequação do texto às normas de publicação definidas em decreto estadual, para organizar as informações e apresentá-las de maneira que o acesso a elas seja facilitado. Esses jornalistas são os profissionais qualificados para editar os atos, resumindo-os ou organizando-os, sem alteração do conteúdo. Trata-se de atividade especializada, que exige, além de formação jornalística, conhecimentos específicos relacionados às publicações oficiais.

Na decisão liminar, de março, que manteve a liberação sindical de diretor do SJSP, a juíza escreveu: “[...] o *Diário Oficial* é jornal oficial de natureza jurídica pública relevante e tem circulação prioritariamente externa, que visa, principalmente, a comunicar a população sobre os atos normativos do governo do estado e municípios, bem como atos do Poder Judiciário e Legislativo. Por óbvio, a coleta, catalogação, edição, organização de matérias para a publicação, editoração, a publicação em si, a responsabilidade pelos textos e informação não são atinentes a qualquer outra categoria que não a dos jornalistas”.

Os jornalistas trabalham na edição dos atos oficiais tendo como base as normas legais que regem essas publicações. O objetivo é fazer com que os atos sejam editados e publicados corretamente, para que possam ser localizados de forma fácil e tenham a sua compreensão facilitada. Para a Prodesp, aparentemente, nada disso importa.

### Luta pela readmissão

As dispensas em 2021 geraram revolta e foram seguidas por duas manifestações de protesto dos trabalhadores, juntamente com seus sindicatos: uma em frente à empresa, na rua da Mooca, no dia 3 de junho; e outra, cinco dias depois, em frente à Alesp.

Houve tentativas de negociação direta com a empresa, por parte dos três sindicatos que representam os trabalhadores da antiga Imesp – Jornalistas, Gráficos e Administrativos. Na Alesp, uma comissão conseguiu a intermediação de deputados

estaduais solidários aos trabalhadores para tentar uma negociação com o governo, mas não houve resposta.

Os três sindicatos ingressaram, então, com ação pela reintegração dos demitidos. As irregularidades no processo são inúmeras. Não houve negociação prévia sobre a iminência de demissões coletivas, numa afronta à representação sindical e aos direitos dos trabalhadores. Além disso, o fechamento da gráfica teve como base um estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), contratado sem licitação a um custo de quase R\$ 9 milhões. Essa contratação é objeto de investigação do Ministério Público de São Paulo, por suspeita de graves irregularidades.

A ação pede a reintegração dos demitidos, com o pagamento de todos os salários e direitos do período em que ficaram fora da empresa, e indenização por danos morais. (CS)



EDUARDO VINÉ/S/ISP

## Desmante do setor público fechou 13 estatais e institutos de pesquisa

Em apenas dois anos (2019–2020), a gestão João Doria extinguiu ou fundiu 13 grandes organizações públicas estaduais

Desde o início, a gestão João Doria extinguiu ou fundiu nada menos do que 13 organizações públicas estaduais, entre empresas estatais, autarquias, institutos e departamentos. A extinção pura e simples de órgãos públicos — abrindo variados caminhos aos interesses do capital privado — é uma das principais vertentes do processo de desmonte do aparato estatal da mais rica e populosa unidade da federação.

A privatização direta do patrimônio público, forte marca dos governos tucanos precedentes, especialmente nos setores elétrico e financeiro, até agora foi deixada de lado. Mas está em curso uma verdadeira maratona de concessões à iniciativa privada, principalmente de parques públicos, por meio da celebração de contratos com prazo de trinta anos, que caracterizam uma modalidade de privatização “temporária”, porém “de longa duração”.

Numa espécie de prestação de contas ao grande empresariado, setor social que representa, o primeiro projeto de lei (PL) enviado pelo governador já colocava em xeque seis estatais (veja na página 9).

Uma delas era a Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa). Notória fonte de escândalos de corrupção envolvendo quadros do PSDB e alvo de provável CPI, convinha ao governo Doria acabar rapidamente com ela. Mas a Dersa foi retirada do PL 01/2019 e voltou à casa somente em maio, por meio do PL 727/2019, que autorizava sua “dissolução, liquidação e extinção” e foi aprovado pela Assembleia Legislativa em setembro de 2019, por 64 votos a 15, com duas abstenções.

### O incrível PL 529

O desmonte explícito seria retomado um ano depois, por meio do PL 529/2020, que propôs a extinção de nada menos do que dez importantes órgãos públicos estaduais! O projeto foi elaborado por dois dos

mais destacados auxiliares de Doria: os secretários Henrique Meirelles (Fazenda e Planejamento) e Mauro Ricardo Costa (Projetos, Orçamento e Gestão). A justificativa apresentada por eles à Alesp para tal devastação foi totalmente risível, sem incluir estudos e dados concretos capazes de fundamentar a alegada necessidade de privatização. Porém, deixaram claro do que se tratava.

“O Governo do Estado de São Paulo estabeleceu como um de seus objetivos estratégicos implantar uma ‘Gestão Pública Moderna e Eficiente’. Para tanto, definiu um conjunto de metas das quais se destaca a de ‘Extinguir 1.000 unidades administrativas tornando o Estado mais funcional e eficiente’”, afirmaram ambos na apresentação do projeto.

Tratava-se de extinguir a ferro e fogo, razão pela qual Meirelles e Mauro Costa não se deram ao trabalho de oferecer alguma explicação convincente. O PL 529/2020 sequer trazia exposição de motivos. A meta de “extinguir mil unidades administrativas” é claramente inatingível, mas se presta ao marketing eleitoral de Doria perante os “grandes eleitores” que lhe importam: a nata do empresariado brasileiro.

O PL 529/2020 era um “pacote” de ajustes de todo tipo. Um “tsunami de maldades”, como sintetizou o deputado Carlos Giannazi (PSOL). Aumentava, por exemplo, as alíquotas de contribuição ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, o Iamspe; securitizava a Dívida Pública; confiscava fundos de reserva do Tribunal de Justiça (TJ-SP) e do Tribunal de Contas do Estado, etc. Apesar de duríssima resistência do funcionalismo público e de expressiva parcela da própria Alesp, ele foi aprovado (embora com importantes alterações), tornando-se a lei 17.293/2020.

Assim, na fatídica madrugada de 14 de outubro de 2020, o governo do PSDB foi

Na Assembleia Legislativa do Estado, em junho de 2021, nova manifestação dos demitidos da Imprensa Oficial

## A META DE “EXTINGUIR MIL UNIDADES ADMINISTRATIVAS” É INATINGÍVEL, MAS SE PRESTA AO MARKETING ELEITORAL DE DORIA PERANTE A NATA DO EMPRESARIADO BRASILEIRO

autorizado, por pequena margem de votos na Alesp (48 x 37), a extinguir seis destacados órgãos públicos: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), Fundação Parque Zoológico, Departamento Aeroviário (Daesp) e Instituto Florestal (IF).

Embora isso não ficasse devidamente explicitado, o texto do projeto previa ainda o desaparecimento do Instituto Geológico e do Instituto de Botânica, condenados a uma “fusão” com o IF que na realidade representa a extinção das três instituições estaduais de pesquisa. Em junho de 2021, por meio do decreto 65.796, Doria os substituiu por uma nova entidade, o Instituto de Pesquisas Ambientais, subordinado à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, o que logo se mostrou instrumen-

to de um processo de desmonte da área ambiental. Certas atribuições do IF foram transferidas à Fundação Florestal, que no entanto não tem competência técnica para gerir parques e reservas.

Qualquer extinção de órgão público é preocupante num país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais. Mas, para ficar em dois exemplos chocantes, chama atenção o fechamento da Sucen e da CDHU. A primeira exercia um importante papel de coordenação da assistência às prefeituras do interior no tocante ao combate às endemias, e foi eliminada em plena epidemia de covid-19. A segunda desaparece num momento de déficit agudo de moradias populares e quando os grandes centros urbanos de São Paulo veem aumentar o número de moradores de rua e sem-teto, em razão dos altos índices de desemprego.

A lei resultante autoriza também a venda de imóveis do Estado, bem como a concessão de parques estaduais de grande importância para a política ambiental, a pesquisa científica e o lazer das populações urbanas, entre os quais o complexo da Água Branca, na capital paulista, e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), no Vale do Ribeira.

### Escaparam do fim?

Não se deve esquecer que havia outros órgãos públicos ameaçados de extinção no texto original do PL 529/2020, que foram retirados: a Fundação para o Remédio Popular (Furp), maior fábrica pública de medicamentos do país; a Fundação Oncocentro (Fosp), que fornece próteses gratuitas para pacientes operados de câncer; o Instituto de Medicina Social e Criminologia (Imesc); e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação Itesp), responsável pela política fundiária e pela assistência a assentados rurais e populações quilombolas. (PP) ☒

### ENTES PÚBLICOS ATACADOS NA GESTÃO DORIA

Nome	Campo de atuação	Ano
Emplasa	Planejamento metropolitano	2019
CPOS	Obras e serviços	2019
Codasp	Desenvolvimento agrícola	2019
Imesp (“incorporação”)	Diário Oficial e livros de qualidade	2019
Dersa S.A.	Logística, transporte rodo e fluvial	2019
CDHU	Habitação	2020
Sucen	Saúde - controle de endemias	2020
Daesp	Aeroportos	2020
EMTU	Transporte metropolitano	2020
Fundação Parque Zoológico	Zoológico público. Pesquisa	2020
Instituto Florestal	Meio ambiente. Pesquisa	2020
Instituto Geológico (fusão)	Meio ambiente. Pesquisa	2020
Instituto de Botânica (fusão)	Meio ambiente. Pesquisa	2020

## EM FOCO



CADU BAZILEVSKI/SJSP

Em 2016, jornalistas e radialistas entraram em greve e foram a dissídio por um Acordo Coletivo (conquistado no Tribunal) e por reajuste (negado pelos desembargadores)

## “Choque de gestão” desvia RTV Cultura da comunicação pública

Quando assumiu o governo de SP, Doria prometeu aumentar a audiência e gerar lucro para emissora, em detrimento do financiamento estatal, em queda há pelo menos 10 anos

**A**o longo dos últimos dez anos, a Fundação Padre Anchieta (FPA) – que inclui a Rádio e TV Cultura, a rádio Cultura FM, a TV Rá Tim Bum, o canal digital Multicultura, sem contar a Orquestra Jazz Sinfônica e o Museu da Casa Brasileira – tem sofrido com a drástica redução de aporte do Estado, afetando tanto a produção da emissora, que deveria ser voltada à promoção da cultura e educação, como a remuneração dos seus profissionais.

De acordo com o site da Fundação, o governo do estado repassou mais de R\$ 115 milhões em 2011. Se corrigido pela inflação, os valores recebidos pela FPA deveriam ser, em 2021, de cerca de R\$ 208 milhões, mas o aporte realizado foi de apenas R\$ 108 milhões – cifra que representa 52% do orçamento corrigido (veja mais no gráfico ao lado).

Durante este período, o ano de 2015 foi emblemático tanto para a emissora quanto para seus trabalhadores, uma vez que o Governo do Estado cortou o orçamento repassado à emissora. No ano seguinte, sem reajuste desde 2013, 80% dos trabalhadores entraram em greve.

Somente em março deste ano, jornalistas e radialistas conquistaram um reajuste de 10,33% após oito anos praticamente sem reajuste. Desde 2013 e até 2022, os profissionais receberam apenas 3,5% de recomposição salarial. Antes do índice

conquistado em 2022, a defasagem nos salários dos jornalistas chegava a 57,64%.

Na avaliação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, o argumento da falta de recursos por parte do Estado não procede. A falta de investimento na Fundação Padre Anchieta faz parte de um projeto político que é contrário à comunicação pública. “Se o governo Doria e os governos tucanos anteriores tivessem a mínima consciência do que é a comunicação pública e sua importância para cultura, educação e cidadania, não veriam o orçamento da TV Cultura como gasto e, sim, como um investimento na população, inclusive para que se aprofunde a comunicação pública, para que se melhorem os produtos e a produção jornalística”, pontua o presidente do SJSP, Thiago Tanji.

O Estatuto da Fundação Padre Anchieta regula as condições de contratação dos trabalhadores e determina, em seu artigo 25º, que o regime jurídico de pessoal será obrigatoriamente a legislação trabalhista, salvo as relações de caráter autônomo. No entanto, não é o que se vê na TV e Rádio Cultura. Entre os jornalistas, há diferentes tipos de contratação, desde as enquadradas no regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) até as de “pessoas jurídicas” (PJ) e eventuais, o que configura não só um desrespeito ao Estatuto como uma fraude empregatícia que impacta diretamente nos salários pagos aos trabalhadores. “Doria não tem ideia de

**ANTES DO REAJUSTE CONQUISTADO EM 2022, DE 10,33%, A DEFAZAGEM NOS SALÁRIOS DOS JORNALISTAS CHEGAVA A**

**57,6%**

como fazer comunicação pública, por isso defende dinamizar e maximizar os lucros, o que é um absurdo porque não é o caráter histórico da TV Cultura. E quem sofre com isso são, no final das contas, os jornalistas. Com poucos celetistas e a maior parte como PJ e eventuais, totalmente precarizados, os trabalhadores sofrem para ter seus direitos respeitados. Foram oito anos sem ter reajuste”, diz Tanji.

“A luta do Sindicato dos Jornalistas, juntamente com o Sindicato dos Radialistas, há anos, é por um acordo coletivo de trabalho. Nos últimos meses, fizemos grandes mobilizações em frente à emissora e a reivindicação de todos – PJs, eventuais e celetistas – era por, no mínimo, a recomposição salarial. E a gente conseguiu, em parte. A recomposição de 10,33%, embora seja insuficiente frente às perdas, foi para todos: PJs, eventuais e celetistas. Mas seguimos reivindicando a contratação pela CLT dos PJs e eventuais, pois a situação atual causa indignação entre os trabalhadores e, para o Sindicato, é motivo de luta permanente. E seguimos cobrando reposição de perdas”, destacou o presidente do Sindicato.

### Choque de gestão

A Fundação Padre Anchieta (FPA) constitui uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e recebe aporte do estado. A gestão Doria pretendia, desde o início, torná-la “lucrativa”, ou seja, independente dos recursos estaduais, o que se choca com os fins atribuídos às emissoras públicas e fere o Estatuto da FPA. De acordo com informações divulgadas na imprensa em 2019, o então governador Doria e o secretário estadual de Cultura, Sérgio Sá Leitão, defenderam o aumento da audiência da emissora como estratégia para diminuir a dependência de recursos estatais.

O Estatuto da FPA, no entanto, é taxativo ao proibir em seu artigo 5º que a Fundação utilize qualquer um de seus veículos, a rádio e a televisão educativa, para publicidade comercial, ressalvado o recebimento de subsídios e doações recebidas pela Fundação ou recursos oriundos de publicidade institucional de entidades de direito público e privado no patrocínio dos programas, eventos e projetos de caráter educacional, cultural e outros.



CADU BAZILEVSKI/SJSP

O jornalista e sociólogo Laurindo Lalo Leal Filho aponta ainda que as pretensões de Doria são anticonstitucionais, uma vez que a FPA compõe o tripé do sistema de radiodifusão brasileiro por meio da comunicação pública. “Esse tal choque de gestão é a pá de cal no serviço público de radiodifusão no estado de São Paulo e a pá de cal na Fundação Padre Anchieta. A extinção da característica de serviço público da Fundação Padre Anchieta já vem se dando ao longo de muitos anos, mas esse choque de gestão seria somente a etapa derradeira desta destruição”, reitera Lalo.

Para ele, o processo vem se arrastando ao longo dos últimos vinte anos e abrange desde a abertura da emissora para a propaganda comercial até as interferências do governo do estado na sua gestão, fazendo da TV Cultura um misto entre emissora comercial e estatal. “Em vez de estar na comunicação pública, a TV Cultura está entre

o tripé das estatais, porque são controladas politicamente pelo governo do estado, e das privadas, por serem mantidas em parte pela propaganda”, explica o jornalista.

Além disso, a busca pela audiência faz com que a emissora pública deixe de promover atividades culturais e educativas e opte por uma programação comercial que oferece o mesmo conteúdo das emissoras privadas.

### Posição de FPA e TV Cultura

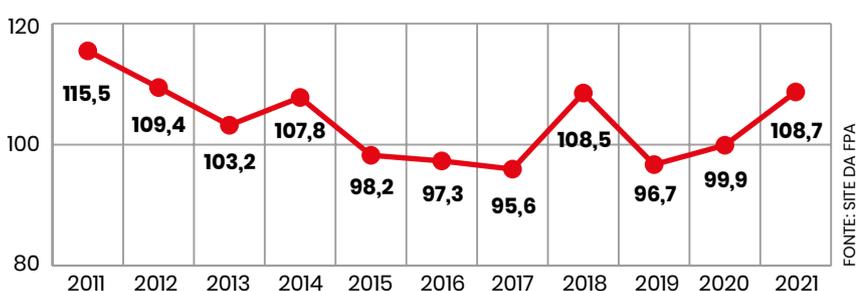
Procuradas por meio da assessoria de imprensa e do departamento de recursos humanos, a Fundação Padre Anchieta e a TV Cultura não responderam até o fechamento desta edição aos questionamentos do Sindicato sobre o cumprimento do Estatuto em relação à contratação de jornalistas e demais funcionários como PJ ou eventuais, e sobre a intenção de captar recursos por meio da propaganda comercial. **(AF)** ☒

## VERBAS DE 2021 EQUIVALEM A 52% DAS DE 2011 (CORRIGIDAS)

Por definição, as empresas de comunicação pública são financiadas pelo Estado. Assim também acontece com a Rádio e TV Cultura, que recebem repasses do governo estadual de São Paulo. No entanto, os repasses variam a cada ano.

Em 2019, primeiro ano da gestão Doria-Garcia, o Governo de São Paulo destinou 11% a menos do que no ano anterior, em valores reais. E mesmo que tenha, desde então, aumentado a verba, ainda estamos aquém de repor a inflação acumulada e chegar, pelo menos, ao mesmo patamar de valores de 2011.

### Repasses do Estado (em milhões de reais)



FONTE: SITE DA FPA

## Saúde e saneamento também estão na mira

Estratégias abrangem transferências para organizações sociais (entidades privadas) e venda de ações

**O**tra vertente do desmonte do Estado se dá na área da saúde pública, por meio da transferência da gestão de equipamentos ambulatoriais e hospitalares para “organizações sociais de saúde” (OSS), que apesar da designação são grupos privados que buscam lucro com a venda de serviços de saúde e a contratação de profissionais precarizados. Política tradicional do PSDB, foi mantida por Doria e Garcia. Apesar de haver identificado graves problemas na atuação desses grupos, a CPI das OSS realizada em 2018 pela Alesp não teve consequências práticas.

Assim, por exemplo, o futuro Hospital das Clínicas de Bauru (HCB), que a partir do segundo semestre de 2022 deverá entrar em funcionamento em prédio cedido pela USP ao governo estadual, será gerido por uma OSS. Após o chamamento público, em fevereiro, cinco fundações privadas habilitadas como OSS inscreveram-se para disputar o contrato. Entre elas a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), que mais verbas recebe do governo estadual, e três outras mantidas por docentes universitários: Fundação Faculdade de Medicina, Faepa e Famesp.

A particularidade, nesse caso, é que o HCB será montado a partir de um hospital público que existe há décadas, é elogiadíssimo, mas absurdamente deverá desaparecer: o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC-USP), que é referência mundial em fissuras labiopalatais e outras anomalias da face e do crânio, graças às pesquisas ali mantidas e às tecnologias e tratamentos que desenvolveu. O HRAC atende pacientes de todo o Brasil e de diversos outros países, especialmente da América Latina.

A situação tem provocado intensos protestos das trabalhadoras e trabalhadores do hospital, de pacientes e seus familiares, das entidades sindicais, de estudantes do curso de Medicina de Bauru e também de vereadores, como ficou patente em audiência pública realizada em 16 de março.

### Sabesp ameaçada

Em 2021, a bola da vez da privatização parecia ser a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Ao tomar posse do cargo de secretário estadual de Projetos e Ações Estratégicas, em agosto, o deputado federal licenciado Rodrigo Maia (PSDB), ex-presidente da Câmara dos Deputados, declarou que a privatização da Sabesp seria sua prioridade à frente da pasta. Doria, porém, desmentiu indiretamente o novo auxiliar, ao afirmar que a desestatização da empresa é um “projeto de longo prazo”.

Empresa estratégica com receita anual de R\$ 17,9 bilhões (2020), lucro líquido de R\$ 3,3 bilhões em 2019 e “valor de mercado” atualmente estimado em R\$ 26,4 bilhões, a Sabesp já havia sido parcialmente privatizada por meio da venda de ações a investidores privados, ao se tornar “sociedade mista”. O governo estadual detém apenas 50,3% do seu capital, conforme autorizado pela lei estadual 11.454/2003 (proposta pelo então governador Geraldo Alckmin).

A Sabesp responde “pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 375 municípios”, o que inclui a capital e as principais regiões metropolitanas (exceto Campinas e Ribeirão Preto), e atende “28,6 milhões de pessoas com água e 24,9 milhões de pessoas com coleta de esgotos”, segundo seu próprio site.

“Na crise sanitária da covid-19, a empresa promoveu a isenção de tarifas para 2,5 milhões de moradias e suspendeu o corte de fornecimento por inadimplência. Também distribuiu 6.500 caixas d’água e instalou 530 lavatórios públicos. E se a Sabesp estiver sob o controle privado em meio a uma crise sanitária, de qual valor será a conta apresentada à sociedade após a crise?”, questionam, em publicação, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), o Sindicato dos Engenheiros (Seesp) e outras entidades. **(PP)** ☒

## EM FOCO



EDUARDO VINÉ/S/SP

**Ato de demitidos: além de provocar desemprego, governo estadual priva a população de serviços públicos que eram realizados por esses profissionais**

**O PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS APONTA “DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ESTADO”, SEM COMPENSAÇÃO, E “ABSOLUTA FALTA DE TRANSPARÊNCIA”**

## Ministério Público propôs a rejeição das contas do governo

Renúncias fiscais levaram Executivo a abrir mão de R\$ 24 bilhões em 2019 e R\$ 20 bilhões em 2020, valores concedidos por decreto e sem critérios claros a empresas

**S**e dependesse do Ministério Público de Contas (MPC), o ramo do Ministério Público do Estado (MP-SP) encarregado de fiscalizar receitas e despesas do governo estadual, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) teria rejeitado as contas do governador João Dória correspondentes aos exercícios fiscais de 2019 e 2020, em razão das graves irregularidades nelas detectadas.

Ao fazer sua avaliação, o MPC leva em conta também os detalhados pareceres de dois outros órgãos técnicos do TCE: a Diretoria de Contas do Governador (DCG) e a Assessoria Técnico-Jurídica (ATJ), que fazem um verdadeiro pente-fino na contabilidade governamental.

A opinião do MPC, porém, não prevaleceu. As contas de 2020, as últimas a serem examinadas pelo TCE, foram aprovadas, embora com ressalvas, na sessão de 23 de junho de 2021. Invariavelmente, o tribunal emite parecer favorável às contas dos governadores, limitando-se a fazer ressalvas e determinações com base nos pareceres dos órgãos técnicos. A corte de contas é majoritariamente composta por conselheiros oriundos do PSDB e do (P)MDB.

Entre as várias questões apontadas pelo MPC, figura com destaque a das renúncias e desonerações fiscais que beneficiam grandes grupos empresariais, com o agravante de que tais privilégios são cobertos

pelo sigilo. Até recentemente, a pretexto de “sigilo fiscal”, nem mesmo o TCE sabia quais eram os grupos beneficiados com desonerações de bilhões de reais por ano!

O próprio governo estadual estimou a renúncia de receitas para o ano fiscal de 2020 em R\$ 17,4 bilhões no que diz respeito à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de R\$ 2,7 bilhões em arrecadação de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), totalizando mais de R\$ 20 bilhões em um único exercício.

### Desrespeito a obrigações constitucionais

No seu parecer sobre as contas de 2020 do governador Dória, o procurador-geral do MPC, Thiago Pinheiro Lima, observou que o Estado “manteve o procedimento de conceder benefícios fiscais de ICMS através de meros decretos, em desrespeito à obrigação contida no artigo 150, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988”.

Lima enfatizou que a “recalcitrância da administração estadual em conceder renúncias por meio de decreto” (ou seja: sem apreciação pela Assembleia Legislativa) permaneceu mesmo após o Supremo Tribunal Federal julgar, em fevereiro de 2020, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.929/Distrito Federal, quando determinou que os convênios de ICMS

celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que veiculem isenções, incentivos ou benefícios fiscais precisam ser aprovados pelo Poder Legislativo.

Ainda segundo o MPC, a lei estadual 17.293/2020 é “no mínimo curiosa”, porque, de forma “questionável”, “foi criada uma figura de concordância legislativa tácita para benefícios não analisados no prazo de 15 dias, como subterfúgio para contornar a obrigação constitucional de aprovação de novas renúncias [fiscais] por meio de lei específica”.

O relatório prossegue lembrando que a lei 17.293/2020, “além de flagrantemente inconstitucional, é tecnicamente ininteligível, motivo pelo qual foram protocoladas numerosas ações judiciais, questionando tanto a legalidade da lei 17.293/2020 quanto a dos decretos editados com seu respaldo”.

A “apreensão com o assunto” cresce, adverte o parecer do MPC, “ao considerar que [...] ainda há 88 renúncias de receitas com prazo de vigência indeterminado” (destaques no original). No parecer relativo às contas de 2019, Lima já havia afirmado que é absurda a concessão de tais benefícios fiscais por tempo indeterminado, uma vez que renúncias só se justificam mediante periódica avaliação da existência de contrapartidas socioeconômicas que comprovem o acerto da medida.

E mais: “remanescem intactas as principais irregularidades já apontadas desde as contas de 2016, ou seja: a concessão de incentivos fiscais por meio de decretos do Executivo, e a não comprovação de que as correlatas receitas foram renunciadas [sic] com base em critérios objetivos e bem delineados” (destaques nossos).

Ao concluir, Lima opina, em nome do MPC, pela emissão de parecer prévio desfavorável não apenas em razão da questão das renúncias de receita, mas também

por graves irregularidades identificadas nas contas relativas a “remanejamentos, transferências e transposições”, “aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino”, “utilização do Fundeb” (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e ainda pelo descumprimento, por parte do governo estadual, de nada menos do que 30 “recomendações, determinações e alertas de exercícios anteriores”.

Essa extensa lista de tópicos não cumpridos pela gestão Dória-Garcia pode ser encontrada nas páginas 212 a 219 do relatório do MPC.

### Em 2019, o mesmo quadro

No exercício de 2019 a situação fora semelhante: as renúncias fiscais praticadas pelo governo estadual totalizaram R\$ 24,33 bilhões. No seu pronunciamento aos conselheiros do TCE-SP, durante sessão virtual que julgou as contas, em junho de 2020, Lima referiu-se a nada menos do que 20 decretos do Executivo que concediam benefícios fiscais, e questionou o “tratamento privilegiado para alguns contribuintes”, que a seu ver deveria “ser discutido no parlamento, com a participação necessária da sociedade, e de modo transparente, o que não tem acontecido”.

O procurador-geral do MPC apontou também a “inexistência de estudos, dados e demonstrativos de que o benefício fiscal atende o interesse público, econômico e social”, frente à evidência de que “há uma diminuição da capacidade financeira do Estado, que deveria ser objeto de medidas de compensação, inexistentes nesse caso”. Ele enfatizou igualmente a não prestação de contas e a “absoluta falta de transparência” de tais benefícios, uma vez que o governo se recusava a identificar os respectivos beneficiários. (PP)



**De olho na campanha presidencial, o então governador Doria expôs jornalistas a aglomerações em coletivas e outros eventos públicos**

## Com 168 mil mortes por covid, Doria canta vitória

Embora embalada em roupagens científicas, estratégia do governo estadual sacrificou vidas ao priorizar economia aberta por meio do “Plano São Paulo”

**N**o Brasil, levando-se em conta os dados disponíveis no dia 27 de abril de 2022, nada menos do que 17,68% dos casos (5.375.515 de um total de 30.399.004) e 25,35% das mortes por covid-19 (168.106 de um total de 663.111) ocorreram na unidade mais rica da federação: o estado de São Paulo.

A Argentina, com população semelhante (45 milhões de habitantes, ante 44 milhões de São Paulo), registrou 9 milhões de casos e 129 mil mortes no mesmo período. Ou seja: teve um número de casos quase 70% maior que São Paulo, porém apresentou uma quantidade de óbitos 30% menor.

Apesar disso, o então governador João Doria (PSDB), hoje candidato à Presidência da República, “vende” sua gestão como vitoriosa frente à pandemia. “A vacina salvou vidas. Preservou famílias. Investimos em ciência em São Paulo mais do que o governo federal investe no Brasil”, proclamou, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em 31/3, às vésperas de deixar o cargo para se desincompatibilizar. “Fizemos de São Paulo um dos raros lugares do mundo com crescimento econômico durante a crise sanitária”. Talvez seja verdade. Mas a que preço?

Antes do primeiro caso da covid-19 notificado em território nacional, em fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo, o país “teve dois meses inteiros para pre-

parar o país e enfrentar a disseminação da covid-19 e não o fez, porque o governo federal adotou a política de conviver com a doença em nosso meio para não afetar a vida econômica nacional”, comentou para o *Unidade* um experiente médico sanitário, que trabalha há décadas na rede pública de saúde. “Deixamos de encomendar, importar, adquirir e estimular a produção interna, ao seu tempo, de equipamentos de proteção individual apropriados para profissionais de saúde e também para a população (máscaras, entre outros); de testes diagnósticos e de ventiladores pulmonares”.

Na sua avaliação, “a política do governo federal de conviver com a doença para não afetar a vida econômica nacional, em março de 2020, ensejou o protagonismo de governadores e, em menor medida, de dirigentes de dadas municipalidades”. O subproduto mais dramático da ausência de coordenação nacional no combate à covid-19, explica, “foi a extrema politização do enfrentamento da doença no âmbito estadual e municipal, apesar da recorrente apresentação de “razões científicas” como justificativa para as providências adotadas por governadores e prefeitos”.

Doria foi o exemplo emblemático dessa politização, ao fazer do combate à pandemia uma plataforma para se projetar nacionalmente. “Todo o processo, nos detalhes, até ele sair, foi coordenado pelo

Palácio dos Bandeirantes”, diz o sanitário. A tal ponto que, quando o comitê de especialistas que ele próprio nomeou começou a se opor mais firmemente às medidas adotadas, ele simplesmente dissolveu o grupo, trocando seus integrantes por outros mais alinhados ao governo.

“A saída do isolamento social em maio e junho de 2020 foi uma das mais precoces manifestações desse fenômeno: os estados da federação, no momento em que aumentavam o número de casos e de óbitos por covid-19, anunciaram planos de flexibilização”. Foi o caso do chamado “Plano São Paulo”, de Doria.

O governo estadual, aponta o profissional da saúde pública, deixou de realizar campanhas massivas de esclarecimento à população sobre a doença, bem como sobre medidas de prevenção e estímulo à procura de atendimento médico na presença de sintomas. Não providenciou

testes diagnósticos para a rede pública de serviços de saúde, de modo a detectar infecção pelo Sars-CoV-2 no caso de pessoas que apresentassem sintomas leves e no caso de pessoas que tivessem tido contato com pacientes acometidos por covid-19, nem buscou fazer o rastreamento de contatos de casos de covid-19 para providenciar o isolamento e a testagem diagnóstica. Não foram criados, pelo governo estadual e pelas prefeituras, locais para o isolamento de pessoas com quadro clínico suspeito da doença e cuja condição social tornasse impeditivo o isolamento.

O mais grave é que não houve a “paralisação de todas as atividades não essenciais, inclusive a indústria e a construção civil, pelo período necessário à redução drástica da transmissão viral, portanto, por período necessário à diminuição do número de casos confirmados e de óbitos”, bem como à adequada preparação do Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento da pandemia.

Em outras palavras, o “Plano São Paulo”, tal como planos similares em outros estados, apesar de “embalado em roupagens técnicas e científicas, na essência correspondia ao discurso do governo Bolsonaro no sentido de manter a economia funcionando”, avalia o sanitário. “No estado de São Paulo tal politização, durante dois anos ininterruptos, foi máxima”.

No seu entender, os recursos orçamentários à disposição do governo estadual, as transferências de recursos federais do Ministério da Saúde, a ampla malha de serviços públicos e privados instalada no estado, as instituições estaduais do campo da Saúde, “a exemplo do secular Instituto Butantan”, as universidades públicas, as estruturas de saúde do estado e das municipalidades, o contingente numeroso de especialistas que poderiam conduzir de modo mais firme e ousado o enfrentamento da pandemia, entre outros pontos materiais e estruturais favoráveis, “possibilitariam resultados sobremaneira melhores — menores números de casos e de óbitos — do que os observados, caso houvesse ação enérgica para diminuir a transmissão do Sars-CoV-2 ao seu tempo, ou seja: no primeiro quadrimestre de 2020”.

Uma prova contundente do “negacionismo gourmet” de Doria no enfrentamento da pandemia foi o modo irresponsável como foram conduzidas certas atividades de interesse do governo estadual. A tal ponto que, em 30 de agosto de 2021, o site do Sindicato dos Jornalistas mancheteou: “Em campanha, Doria age como negacionista e expõe jornalistas a aglomerações”. A matéria informa que o então governador vinha promovendo “eventos públicos com centenas de participantes, em local fechado”, obrigando jornalistas e funcionários do governo estadual “a se expor nessas agendas, muitas delas com caráter eleitoral”. (PP) ■

**PARA ESPECIALISTA, O ESTADO DISPUNHA DE RECURSOS (ORÇAMENTÁRIOS, A MALHA DE SERVIÇOS E O CONTINGENTE DE ESPECIALISTAS) E PODERIA TER TIDO UMA CONDUÇÃO MAIS FIRME E OUSADA**

## COJIRA

# Reação impõe fim do veto do LinkedIn a cotas raciais

Resposta da sociedade faz plataforma recuar da exclusão de anúncio de vagas só para negros ou indígenas

por Flavio Carranção

Depois de excluir um anúncio de vaga de trabalho que dava prioridade, na seleção, para pessoas negras e indígenas, em posicionamento contrário às políticas de ação afirmativa, a plataforma LinkedIn foi obrigada, em menos de 15 dias, a recuar da medida por conta da forte reação negativa que provocou. Sob o argumento de que suas políticas de publicação não permitem vagas que excluam ou demonstrem preferência a profissionais por quaisquer tipos de características – como idade, gênero, raça, etnia, religião ou orientação sexual –, a maior rede profissional do mundo derrubou o anúncio para a coordenação do setor administrativo e financeiro aberta pelo LAUT (Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo), que dizia dar preferência a uma pessoa negra ou indígena.

O ato da plataforma repercutiu negativamente, de início junto a empresas, órgãos públicos e organizações do terceiro setor envolvidos com a implementação de políticas de ação afirmativa com foco no aumento da equidade racial no mercado de trabalho, o que abriu um debate público sobre o tema. Matéria da jornalista Fernanda Brigatti, publicada na *Folha de S. Paulo* em 24 de março, informava que, na véspera, as organizações Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) e Centro Santo Dias de Direitos Humanos entraram com ação judicial pleiteando que a rede social fosse condenada a pagar R\$ 10 milhões em danos morais coletivos (os quais deveriam ser destinados a entidades ou ações definidas pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial) e pedindo que o LinkedIn fosse condenado a assumir compromisso público de reativar todas as vagas com ações afirmativas, incluindo cláusulas antirracistas em seus contratos. O advogado responsável pela ação, Marlón

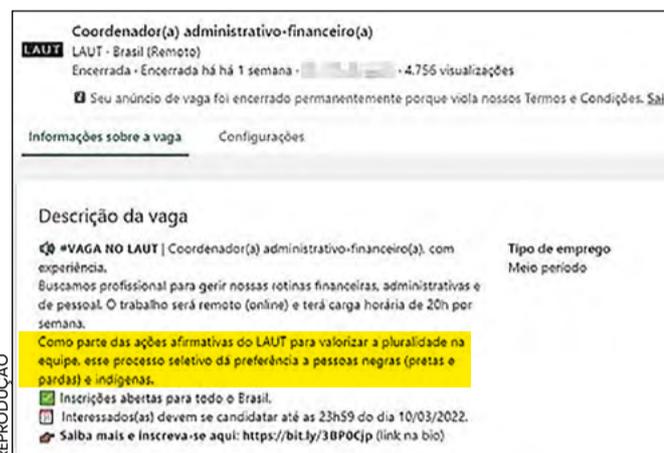
Reis, disse à *Folha* entender que a conduta do LinkedIn contrariava a Constituição e os compromissos assumidos pelo Brasil para lidar com a inclusão de segmentos vulnerabilizados.

No mesmo dia, entidades empresariais começaram a divulgar cartas nas quais questionavam a decisão do LinkedIn e pediam que a plataforma detalhasse os critérios para manter anúncios de vagas e explicasse como vê os programas de ações afirmativas no Brasil. Assinado por cerca de 350 organizações – como Natura&CO, empresa mãe de Natura, Avon e The Body Shop, e a XP, além de movimentos como Mulher 360, Coalização Empresarial Para Equidade Racial e de Gênero, Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Instituto Ethos, Rede Empresarial de Inclusão Social e diversas personalidades – um “Manifesto empresarial em defesa da ação afirmativa declarava que a suposta política antidiscriminatória do LinkedIn é anacrônica, obtusa e deslocada da realidade social, racial e de gênero do Brasil”. No mesmo período, a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, formada por 60 empresas em prol da diversidade racial, pediu esclarecimentos ao LinkedIn sobre a medida adotada, no Brasil e nos Estados Unidos (sede da empresa), contando nessa iniciativa com apoio de 44 companhias, entre as quais Vivo, Santander, Ambev, Magalu, Unilever, Renault, Itaú, Coca-Cola, Bayer, Natura e Procter & Gamber.

O Procon-SP e o Ministério Público Federal (MPF) também notificaram o LinkedIn, que foi questionado pelo órgão de defesa do consumidor sobre como é feita a publicação de vagas na plataforma, se existem políticas norteadoras desse processo e sobre como os anunciantes são informados a respeito delas. Os procuradores da República afirmaram que a derrubada da publicação contraria os esforços para a inclusão por meio de ações



REPRODUÇÃO



REPRODUÇÃO



DIVULGAÇÃO

**Milton Beck (foto), diretor-geral do LinkedIn/América Latina, disse que a política de anúncios da plataforma foi atualizada e agora permite a divulgação de processos seletivos que favoreçam pessoas e grupos historicamente desfavorecidos**

## A SOCIEDADE BRASILEIRA TEM NO RACISMO SUA PRIMEIRA MATRIZ DE DESIGUALDADES, E A POSIÇÃO ANTERIOR DO LINKEDIN DEMONSTRAVA COMPROMETIMENTO COM ESSA INJUSTIÇA

afirmativas. Uma nota do MPF afirmava que o Supremo Tribunal Federal (STF) entende medidas como a reserva de vagas “não somente como reparação histórica em favor de grupos subalternizados, mas como forma de beneficiar toda a sociedade prospectivamente, por meio da construção de espaços mais plurais e menos excludentes”.

Em artigo publicado no *UOL* no dia 26 de março, o advogado Daniel Bento Teixeira, diretor do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), afirmava que o posicionamento do LinkedIn contra anúncios de vagas por instituições empregadoras que promovem a equidade racial por meio de ações afirmativas revela um comprometimento da rede social com uma sociedade desigual e injusta, acrescentando que a sociedade brasileira tem no racismo sua primeira matriz de desigualdades e lembrando que

a Constituição Federal, em seu artigo 170, impõe às empresas e outras instituições empregadoras um papel ativo na redução das desigualdades, mas lembrando que a questão vai muito além das implicações jurídicas. “O que emerge em algumas instituições – escreve Teixeira – é, sobretudo, resistência aos avanços para a equidade que vêm sendo obtidos pelas ações afirmativas”.

Depois de toda essa polêmica, no dia 29 de março, o diretor-geral do LinkedIn para a América Latina, Milton Beck, concedeu entrevista exclusiva à repórter Marina Dayrell, de *O Estado de S. Paulo*, anunciando que o LinkedIn teria atualizado a sua política global de anúncios de vagas, passando a permitir a divulgação de processos seletivos e vagas de emprego que expressam preferências por pessoas e grupos historicamente desfavorecidos, como negros, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres e LGBTI+.

Questionado pela jornalista sobre a demora da plataforma em emitir um posicionamento, ele explicou que não era uma decisão simples pelo fato de a empresa não operar somente no Brasil, mas afirmou que a plataforma reconhece a importância de permitir que grupos menos favorecidos possam ter uma inclusão maior no mercado de trabalho, ressaltando que a nova política vale apenas para grupos historicamente sub-representados, o que significa que anúncios discriminatórios não serão permitidos. “A nossa política diz que o LinkedIn proíbe a discriminação em anúncios de emprego com base em características protegidas, como idade, sexo, deficiência, etnia, raça e orientação sexual. No entanto, em uma jurisdição onde isso seja legalmente aceito, o LinkedIn pode permitir anúncios cuja linguagem expressa preferência por pessoas e grupos historicamente desfavorecidos”, declarou Beck ao *Estadão*. ■

## ENTREVISTA

Daniela Arbex

por Adriana Franco,  
Eduardo Viné Boldt e  
Priscilla Chandretti

**6** 0 mil mortos e inúmeras pessoas encarceradas por décadas em um hospício, um verdadeiro genocídio institucionalizado e esquecido. Um jovem militante morto sob tortura pelas Forças Armadas, as quais forjaram seu suicídio e sumiram com seu corpo. 242 jovens que perderam a vida em um incêndio numa boate. E, finalmente, 270 pessoas vítimas de rompimento de barragem, cinco das quais continuam desaparecidas.

Independentemente dessas grandezas, Daniela Arbex trabalhou “para que essas pessoas não morressem da mesma forma que viveram, no anonimato”. E para ajudar a construir uma memória coletiva que levasse à justiça. Com isso, publicou os livros *Holocausto Brasileiro*, *Cova 312*, *Todo Dia a Mesma Noite*, *Arrastados* (este, lançado em janeiro de 2022). Escreveu ainda a biografia da médium Isabel Salomão de Campos, *Os Dois Mundos de Isabel*, também para contribuir na construção dessa memória do Brasil.

Mineira de Juiz de Fora, Daniela se formou em 1995, entrou no jornal *Tribuna de Minas* para cobrir férias e só saiu de lá em 2019, quando decidiu se dedicar integralmente à literatura. A lista de premiações ao longo da carreira é extensa, conta com três prêmios Esso e o Knight International Journalism Award.

A jornalista que passou 23 anos em um jornal impresso diário se consolidou com seus livros-reportagem e se aventura por outras linguagens. O seu livro de estreia, *Holocausto Brasileiro*, levou a um documentário para a HBO (codirigido por Daniela) e, mais recentemente, à série de ficção *Colônia*, livremente inspirada na obra e lançada no Canal Brasil e na Globoplay. *Todo Dia a Mesma Noite* está virando uma série de ficção na Netflix. E outros dois livros também devem ser adaptados em breve. Ao *Unidade*, ela explicou como conteúdos jornalísticos socialmente relevantes vão encontrar público em qualquer plataforma.

# O RESGATE DE HISTÓRIAS COMO UMA FORMA DE JUSTIÇA

## ENTREVISTA



ARQUIVO PESSOAL

**Você trabalhou por 23 anos na *Tribuna de Minas*, e parte de suas reportagens que viraram livros também foram pauta do jornal. Em *Arrastados*, você escreve que o jornal não tinha condições, naquele momento, de te enviar para cobrir a tragédia em Brumadinho (rompimento da barragem da Vale, em 2019). Na redação, você tem uma equipe. Quando você passa a escrever seus livros, como lida com isso?**

Jornalismo não se faz sem equipe, mesmo que seja uma matéria a duas mãos. Você tem o fotógrafo, o editor, o diagramador, tem o motorista que te leva. Apesar disso, sempre fui uma jornalista muito preocupada não só em entregar, mas em acompanhar tudo até o final, até a hora de ver a manchete diagramada na página. Eu só ia embora quando o último computador da redação era desligado. E isso me ajudou muito a entender todo o processo, a conseguir me virar.

Quando fui fazer o livro *Holocausto Brasileiro*, fui sozinha. Não tinha um fotógrafo, não tinha verba da editora para pagar as viagens, não tinha nada. O que tinha era um adiantamento de US\$ 2.500, e eu que pagasse tudo e me virasse. Mas como estava muito acostumada a me virar, porque na *Tribuna* éramos uma redação muito enxuta e sem muitos recursos para fazer coisas extravagantes, fui fazer o que sabia, me virar.

Eu fiquei um ano indo a Barbacena [cidade a 100 quilômetros de Juiz de Fora] todos os finais de semana. Eu trabalhava de segunda a sexta no jornal, ficava sábado e domingo em Barbacena e segunda de manhã voltava, passava em casa, via meu filho pequeno e ia para a redação. Fiz isso durante um ano. E eu fiz as fotos, fiz as entrevistas, fiz tudo. No final, estava dirigindo também – eu, que não pegava estrada!

A minha sorte no *Holocausto* é que a gente tinha aquelas fotos incríveis do Luiz

Alfredo que me foram cedidas, são emblemáticas e marcam essa história. Inclusive, foram o motivo pelo qual resolvi escrever essa história. A partir do momento que vi essas fotos, pensei em procurar os sobreviventes.

Na redação, quando você é uma jornalista de Geral, você faz tudo, passa por Polícia, Política, o que aparecer. Você não sabe nada, mas faz tudo. Isso te ajuda e te prepara. Me virei totalmente no *Holocausto*, que me deu um retorno financeiro muito grande. Com esse dinheiro, escrevi o *Cova 312*. Aí, já foi um livro que tive que viajar pelo país, mais de cinco estados. Eu banquei tudo.

Quando mudei de editora e fui para a Intrínseca, já vivi o luxo dos luxos. A Intrínseca paga todas as minhas viagens, paga motorista, paga transcrição, fotógrafo, tudo o que você puder imaginar, ela paga pra mim. Então, eu só preciso me preocupar com o tema que eu vou escrever e com mais nada. E em Brumadinho foi um luxo maior ainda, porque a gente conseguiu comprar mais de 50 fotos que foram feitas por três fotógrafos mineiros. Incríveis.

Então, você tem que ter uma estrutura que, ao longo do tempo, fui ganhando. Mas a maioria do tempo da minha carreira sempre foi de vacas muito magras e isso também nunca foi impedimento. Eu me lembro quando a gente ganhou o prêmio da Conferência Latino-americana de Jornalismo Investigativo (Colpin), organizado pelo Instituto de Imprensa e Sociedade, IPYS, no Peru, o trabalho mostrou que não precisa de um recurso astronômico para fazer investigação jornalística de qualidade. E foi engraçado até, porque, na hora das apresentações, todo mundo questionava o custo das matérias, e era cinco mil dólares, dez mil dólares. A minha tinha custado cem reais, porque era o valor para xerocar os documentos.

“

**QUANDO ENTREI NA FACULDADE, EM 1991, OS PROFESSORES JÁ DIZIAM QUE O MERCADO ERA RESTRITO, QUE A IMPRENSA ESTAVA ACABANDO. E NUNCA ACREDITEI**

**ESTAR EM UM JORNAL NO INTERIOR ME ENSINOU MUITO A ESTAR PRÓXIMA DA COMUNIDADE, E ISSO ME FEZ ENXERGAR UM MUNDO**

**Em Brumadinho (MG), em 2019, em cobertura sobre o rompimento da barragem da Vale S. A. que transformou a paisagem em mar de lama de rejeito do minério de ferro**

Ainda falei em dólar, para ficar mais chique, porque estava morrendo de vergonha.

**Dos seus livros, dois já foram adaptados em projetos audiovisuais. Você tem vontade de produzir conteúdos jornalísticos em outro formato? Como você vê o uso das suas obras nestas outras adaptações?**

Vejo com muito otimismo o consumo de um conteúdo de qualidade, que produzo para o impresso, em outras plataformas de audiovisual. Isso dá um respiro muito grande para quem está vivendo só de literatura, porque quando você consegue contar essas histórias para um maior número de pessoas, financeiramente é muito bom. E em relação ao que a gente quer, que é contar essas histórias, fazer com que cheguem para o maior número de pessoas, é incrível. Você tem a chance de conversar com outros públicos.

As experiências dessas duas adaptações me mostraram que eu não preciso mais ter um veículo. Eu não preciso mais estar em um jornal para produzir um conteúdo relevante de qualidade, que pode ser consumido em qualquer plataforma. Seja em podcast, seja um livro, seja na TV, seja o que vai pro cinema

Nós jornalistas, como contadores de histórias, precisamos produzir conteúdos que sejam socialmente relevantes, necessários e, se a gente conseguir fazer a diferença com nosso trabalho, esses conteúdos vão ser consumidos em qualquer plataforma. Aquela preocupação inicial que eu tinha de como faria quando saísse do jornal, quando me vi sem sobrenome – porque eu era “Daniela Arbex da *Tribuna*”, e passei a ser “Daniela Arbex”, só, a jornalista independente – no começo, isso apavora. Porque trabalhei com carteira assinada por 23 anos.

Tenho um amigo, muito querido, que me disse: “Dani, você é seu próprio veículo”.

## Daniela Arbex

À esquerda, filmagem do documentário *Holocausto brasileiro*, com a equipe da Vagalume Filmes. À direita, em reportagem na reserva indígena dos xacriabás, em 2015



E naquele momento eu não entendi. Hoje, entendo. Sou meu próprio veículo e não preciso estar em uma redação para fazer o que mais acredito que é jornalismo de qualidade. Esse caminho que os meus livros tomam e o meu trabalho vem tomando vai dando fôlego para continuar fazendo o que acredito, com a independência que quero e para investir nos temas que eu quero, e vai me dar um fôlego financeiro para me manter independente, sem um emprego formal. A gente pode fazer qualquer coisa, desde que a gente faça um jornalismo ético e de qualidade, vamos ter espaço em qualquer lugar.

**Temos visto pelo Brasil todo muitos jornais locais e regionais fechando, ou reduzindo suas redações. Como jornalista que esteve por mais de duas décadas em um jornal regional, é possível ver outras possibilidades abertas justamente por essas mudanças que estamos vivenciando?**

Quando entrei na faculdade, em 1991, os professores já diziam que o mercado era restrito, que a imprensa estava acabando. Então, imagina, cheguei na faculdade cheia de esperança e já ouvi isso. Eu dizia: não é possível, estou fazendo um curso que estão dizendo que não vai dar em nada! E nunca acreditei.

Vivi momentos áureos do jornalismo, tínhamos uma equipe na *Tribuna* que era fantástica, comprometida, apaixonada, movida a jornalismo na veia, com capacidade de investigação. Vivi o auge de a gente fazer coisas incríveis, reportagens que eram muito maiores do que o jornal. Mas que ele bancava justamente pela qualidade, pelas provas que a gente conseguia reunir. Trabalhei com pessoas incríveis das quais me orgulho muito.

E vivi a escassez, essa crise do papel e dos veículos impressos, uma decadência. E as pessoas, que faziam o trabalho há anos, não

tem mais ninguém lá. Hoje, o jornal tem outra cara, está completamente reduzido, com estagiários, e a redação está vazia.

Ao mesmo tempo, tive a felicidade de começar esse trabalho paralelo, dentro do que eu sabia fazer, o jornalismo, mas em outra plataforma, que é o livro. Foi fundamental para que eu pudesse arriscar outros voos.

Sempre quis ser jornalista e quero continuar sendo jornalista. Boas histórias podem ser contadas na TV, no cinema, no podcast, no teatro, no livro, no jornal, em qualquer lugar.

**Juiz de Fora é uma cidade importante, historicamente, mas é interior, não é o centro. Como isso se relaciona com o jornalismo que você produz?**

Estar fora do eixo Rio-São Paulo nunca foi um problema e sempre foi um problema. Para mim, nunca foi, mas para os entrevistados era.

Me lembro quando fiz uma matéria sobre estupro em série aqui em Juiz de Fora, em que as vítimas não tinham acesso à profilaxia preventiva da aids, aos medicamentos que profissionais da área da saúde tomavam quando se expunham ao vírus. Em caso de estupro, isso não era previsto no Brasil. E fiquei incrédula. Se existe prevenção para os profissionais de saúde, por que não existia para as mulheres vítimas de estupro? Começamos um trabalho investigativo em uma série imensa, fiquei um ano dedicada a esse trabalho. O Brasil tinha um conselho de infectologistas com bambambãs da área e comecei a tentar entrevistar eles, inclusive esse David Uip, que está toda hora no *Jornal Nacional*. Lembro de tentar falar com ele várias vezes e a secretária falava assim: "Tribuna de onde?" Então comecei a mandar as matérias que havia produzido para os consultórios, e só depois eles se interessaram em falar.

Foi lindo, porque conseguimos fazer com que o governo aprovasse a distribuição da profilaxia preventiva para mulheres em todos os lugares do Brasil, em caso de estupro, a partir dessa série. Alguém sabe disso? Não. É uma série de 1999, incrível, e que levo no coração.

Eu tinha que provar o tempo todo que era competente, mesmo estando fora do eixo Rio-São Paulo, o que foi uma opção porque eu não quis sair. Então, usei o que era ruim para transformar em algo bom. Estar em um jornal no interior me ensinou muito a estar próxima da comunidade. É ter a chance de conhecer como ela funciona, de entender a sua região, um jornalismo comunitário, e isso me fez enxergar um mundo. O mundo da casa da dona Maria é o mundo dela. E, às vezes, em um jornal diário você não tem essa chance.

**A Eliane Brum escreve no prefácio do seu livro *Holocausto Brasileiro* que o repórter luta contra o esquecimento. E você menciona o objetivo de construir essa memória coletiva como uma forma de buscar justiça. As matérias que você já produziu impactam na busca da justiça?**

Meu trabalho sempre foi de construção da memória coletiva do Brasil, e se fortaleceu na última década com meu caminho na literatura. Desde muito jovem, na redação, percebi que o que a gente fazia, as histórias que contava, para muito além de emocionar e tocar as pessoas, podiam transformar os olhares e criar uma nova consciência coletiva, um olhar em relação ao outro, um olhar crítico em relação a nós mesmos e à sociedade em que a gente vive e a forma em que estamos exercendo a cidadania. Percebi essa potência que o jornalismo tem de transformar, mesmo, e de construir histórias novas, de escrever novos capítulos, de plantar mudanças.

E, percebendo isso, essa potência e esse papel do jornalismo, ao longo do tempo eu fui vendo que construir memória coletiva é um caminho para buscar justiça porque essas pessoas que foram silenciadas, que sofreram apagamento social, têm a sua dignidade e sua própria história resgatadas. E isso é uma forma de justiça. Quando você dá visibilidade e conta a história a partir do olhar dos sobreviventes do nosso holocausto, você constrói um caminho para a busca da justiça. Para que essas pessoas não morressem da mesma forma que eles viveram, no anonimato. Quando elas passam a ter um rosto, um nome e sobrenome, você mobiliza um país, e aí fica impossível você esquecer essa história de novo. Então, *Holocausto Brasileiro* veio para mudar o olhar da sociedade para a saúde mental no Brasil, atravessou as áreas do conhecimento e, hoje, é um livro adotado tanto na área da saúde quanto na área de humanas e outras áreas do conhecimento. Buscar caminho para justiça é isso: quando você torna essa história conhecida. Quando a gente deixa de contar uma história, você permite esquecer essa história.

Todo dia *Holocausto Brasileiro* é descoberto. É muito lindo ver isso, de uma geração que descobre, seja no ensino médio, na faculdade. São histórias atemporais e esse é o principal papel do jornalismo.

**E qual a importância do olhar do repórter ao abordar temas sensíveis e socialmente relevantes como os que você aborda?**

É fundamental, para que a gente consiga olhar para um tema como esse, se impactar e perceber que ali tem uma história a ser contada. Tem pessoas que foram silenciadas e sofreram esse apagamento. E para isso precisa ter sensibilidade, precisa ter interesse pelo outro. Para ser jornalista, a gente precisa gostar de gente.

## ENTREVISTA



ROBERTO FULGÊNCIO/ARQUIVO PESSOAL

**No Cova 312, você tem uma narração na qual se coloca como uma pessoa que está procurando a verdade. Em determinado momento, a sua ação foi importante para que se descobrissem os restos mortais dos personagens. Até onde você vai para fazer o material que você se propõe?**

Eu vou até onde conseguir chegar, mas acho que não é por aí que você está perguntando. Tem toda uma questão dos limites éticos, que tenho muito cuidado para não ultrapassar nada. Então, não faço pacto com fonte nenhuma, nunca fiz e não aceito. Não existe acordo, não existe troca de favor, porque é fundamental para a manutenção da minha independência.

Agora, desistir? Eu nunca desisti de uma pauta, mas para isso você tem de ter uma relação quase visceral com o tema a que está se dedicando. Se não tiver uma determinação absoluta de contar essa história, resgatar e se aproximar – porque nunca é verdade absoluta, a gente não tem esse poder – ao máximo da verdade, o máximo que puder, se você não está visceralmente ligada àquilo, fica pelo meio do caminho. O *Cova 312*, por exemplo, para fazer o livro foram dez anos de pesquisa.

Ditadura, para mim, é uma coisa que sempre tive muita vontade de entender o que aconteceu naquele período, e queria contribuir com o meu trabalho de alguma forma. Quando a oportunidade surgiu, agarrei aquilo e não soltava nunca mais. Enquanto eu não soltasse o Milton, que é o personagem principal, enquanto eu não achasse o local em que ele foi sepultado, eu não pararia. Mas no jornal, você tem uma limitação de tempo. Eu consegui achar a sepultura do Milton, até em tempo recorde para a série do jornal. E consegui, naquele momento, reunir indícios de que ele foi assassinado, mas não consegui provar. É no livro que consigo provar, que consigo a prova fundamental, a foto da necropsia, a

qual rodei o Brasil inteiro para encontrar.

Muitas vezes se questiona a imparcialidade, mas acho que isso já foi derrubado há muito tempo, é mito. Porque nenhum jornalista se dedica a contar uma história por tanto tempo se não estiver movido por paixão. É impossível. Assim como no *Holocausto*, ficar um ano longe da minha casa, do meu filho pequeno e do meu marido, todos os finais de semana, se não tivesse um compromisso e entendimento de que contar essa história seria importante para um país. É estar apaixonada pelo papel do jornalismo nessa transformação. Se você não for apaixonada por jornalismo, você não aguenta.

**Você falou sobre tentar impedir que haja um apagamento das histórias e o quanto isso pode contribuir para a justiça. E isso me fez lembrar tanto da Boate Kiss quanto de Brumadinho. No primeiro caso, a gente percebe, para qualquer tipo de evento que se realiza no Brasil, há toda uma preocupação muito diferente da que existia antes. Na mineração, pelo menos por enquanto, não mudou tanto: em março, havia um prazo para o descomissionamento de barragens em Minas e somente cinco foram descomissionadas. Os livros estão contribuindo para a gente conseguir avançar tanto no processo de justiça como de medidas para evitar novas tragédias? Como você vê isso?**

Vejo com muita esperança. E vejo concretamente, consigo enxergar na prática o papel que os livros têm na mudança de cenário. Então, por exemplo, o *Todo Dia a Mesma Noite* foi fundamental para que a gente pudesse entender o que realmente aconteceu dentro da Boate Kiss naquele 27 de janeiro de 2013. E foi tão fundamental na construção da justiça que meu livro foi anexado ao processo, pelo Ministério

**Na década de 1990, em reportagem sobre inundação na cidade mineira de Dorés do Paraibuna**

“

**PERCEBI ESSA POTÊNCIA QUE O JORNALISMO TEM DE TRANSFORMAR, E DE CONSTRUIR HISTÓRIAS NOVAS, ESCREVER NOVOS CAPÍTULOS. DE PLANTAR MUDANÇAS**

**SE VOCÊ NÃO TIVER UMA DETERMINAÇÃO ABSOLUTA DE CONTAR ESSA HISTÓRIA, RESGATAR E SE APROXIMAR, SE VOCÊ NÃO ESTÁ VISCERALMENTE LIGADA ÀQUILO, FICA PELO MEIO DO CAMINHO**

Público, como um documento. Já foi uma vitória pessoal, como jornalista. Se não bastasse isso, na leitura da sentença o juiz citou meu livro e meu trabalho três vezes.

Achei muito emocionante ver que meu trabalho foi, sim, instrumento para que as pessoas pudessem entender o que aconteceu e, compreendendo o que aconteceu, buscassem fazer justiça, e não vingança. Vingança não é justiça. É muito emocionante porque é para isso que a gente escreve. A gente escreve para ser lido, mas escreve também para ajudar a construir novos olhares.

Então, vi isso concretamente no *Todo Dia a Mesma Noite*, vi concretamente no *Holocausto Brasileiro*. E também percebo, apesar de fazer pouco tempo que lancei *Arrastados* (está muito recente e não dá para falar muita coisa), pela quantidade de mensagens que recebo de profissionais na área da mineração, de engenheiros de minas, bombeiros, falando que essas velhas práticas que levaram ao rompimento da barragem de Brumadinho são um ranço e uma herança maldita dentro da mineração, mas que o livro proporciona um novo olhar para esse modelo de negócio e eles acreditam que, a partir daí, vão poder fazer diferente. Então, tenho muita esperança que esse livro seja importante na forma como a sociedade enxerga a mineração, porque ela sempre foi vista como a grande benfeitora, que gerava emprego, mas nunca foi vista como realmente é: predatória e que explora a força de trabalho, arranca tudo do lugar.

A gente ainda tem um processo em andamento, eu acredito e espero que esse livro faça o mesmo caminho do *Todo Dia a Mesma Noite* e ajude o embasamento para condenar e responsabilizar essas pessoas que permitiram que a mina continuasse operando mesmo sabendo que, em caso de ruptura hipotética, 200 pessoas em média morreriam. Preferiram assumir o risco do que parar a mina.

## Daniela Arbex

À esquerda entrevista com Débora Soares para o livro *Holocausto Brasileiro*. Débora nasceu no Hospital Colônia e foi “doada” com dez dias de vida. À direita, com Ricardo Kotscho, em 2002, quando recebeu menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog



**E nos dois casos, assim como no *Holocausto*, são tragédias de grandes proporções. Às vezes, quando a gente vê os números, nos assombra e nos assusta, mas também oculta o que cada um passou e viveu.**

O número não tem cara, né? Não tem nome.

**E a contribuição que você dá, neste sentido, é conhecer no detalhe o que cada pessoa passou. Para você escutar cada depoimento de sofrimento e de dor, como se prepara para lidar com isso?**

Não tem preparação. A gente é ser humano e não dá para dizer que, agora, sou jornalista e tenho uma capa. Não tem. Se a gente não exercer a nossa humanidade, não consegue cumprir o papel que tem que cumprir ao ouvir: uma escuta qualificada para esses personagens. O que procuro é me preparar para oferecer essa escuta qualificada e fazer a melhor apuração que puder, mais incansável, ouvir o maior número de pessoas sobre aquele momento para que possa reconstruir aquela cena com esse olhar e ângulos diferentes. Quando é possível. Porque, às vezes, você tem apenas um sobrevivente, como é o caso do Lieuso, o único sobrevivente que estava no alto da barragem [em Brumadinho]. Quando a barragem cede, todo mundo que estava com ele morre. E tenho o privilégio de ter um sobrevivente para contar. Alguém que ficou aqui para contar.

Quem fala precisa ser ouvido. E quando quem fala encontra alguém disposto a ouvir, a entrega que essa pessoa vai ter e o que ela vai te oferecer é muito maior. Ela acaba entregando para você o que tem de mais precioso, que é a memória afetiva. E isso é o maior valor que uma pessoa pode ter: memória afetiva. Quando alguém entrega isso para um jornalista,

a gente tem um diamante na mão e tem que cuidar como se fosse nosso. E tem que honrar isso.

É doloroso? É. Eu choro e impacta a minha rotina? Sim. Mas para além da minha própria dor e do que isso me causa, sempre penso que é um privilégio ouvir essas pessoas e receber delas o que têm de mais precioso. Então, posso chorar, ficar impactada, ficar com minha rotina familiar afetada, mas isso é tão pequeno perto de poder contar essas histórias, a grandiosidade de contar essas histórias, que vou ressignificando essas dores.

Quando você se envereda nessas histórias, você também aprende, cresce, muda, se fortalece. De todos os livros, o *Todo Dia a Mesma Noite* foi o que mais acabou comigo. Literalmente, eu fiquei arrasada. Eu engordei dez quilos, perdi metade do cabelo. Mas ressignifiquei tudo isso e saí desse processo muito mais fortalecida e me sentindo absolutamente honrada de ter sido uma jornalista estrangeira (porque era uma jornalista de Minas Gerais em uma história do Rio Grande do Sul), de ter sido aceita e de terem confiado em mim para contar essa história. O que passei ficando dois anos fora da minha casa é pequeno perto de tudo isso.

**Como você faz para construir um relato e uma história baseada em fatos que consigam separar esses sentimentos das pessoas, as versões das pessoas, e a realidade?**

O ser humano é muito complexo, ninguém é só bonzinho ou só mauzinho, a gente é tudo. Em um determinado momento, o que você fez é tão legal. Em outro momento, o que você fez é tão vergonhoso que você tem vergonha de você mesmo. Então, apesar de a gente ter autor e vítima, na maioria dos meus livros, eu sempre procurei sempre entender e não perder a humanidade do autor e

da vítima. Nunca entrei para contar uma história pré-julgando nada, pré-julgando pessoas. Se aquela família tinha uma relação conflituosa com a vítima, isso está presente porque o meu compromisso é contar a história mais próxima da verdade. Não dá para florear. Em algumas situações, já vivi isso de a pessoa dizer: “Ah, eu não queria que colocasse”. Mas não tem essa escolha, não dá para contar meia história. Não dá!

Tem também uma transparência nessa relação com os entrevistados, sobre essa proximidade e essa relação de confiança que está sendo construída. É uma relação ética, você não vai poder tirar vantagem dessa relação para ter uma versão melhorada do que aconteceu.

Quando cheguei ao Rio Grande do Sul para fazer o *Todo Dia a Mesma Noite*, o presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, o Sérgio, uma pessoa com a qual tenho hoje muita ligação, me perguntou quanto eu daria da venda do livro para a associação. E falei: “Nada! Porque esse é o meu trabalho, e a melhor coisa que posso fazer pela causa de vocês é pôr a minha credibilidade a serviço dessa história”. Nunca mais ele me perguntou ou tocou nesse assunto. E isso é uma coisa que tem que ficar clara desde o início, entendeu? Esse tipo de coisa é difícil de ser dita, mas tem que ficar muito claro que você não vai fazer nenhum tipo de concessão. Se eu ficasse com vergonha e dissesse que a gente poderia ver depois, e tal, poderia dar uma enrolada ali. Mas não era justo falar uma coisa que eu não ia fazer. Ter falado a verdade ali poderia ter feito com que eu perdesse tudo, inclusive o livro, porque ele, como presidente da associação, poderia ter dito: “Ah, então vou falar com os pais para não falarem com você”. Corri um risco enorme, mas preferi ser verdadeira. Eu não ia dar nada

porque eu vivo disso. Então, não me peça pra dar a única coisa que tenho para vender: minha força de trabalho.

Se uma pessoa diz: “Eu falo se você...”, eu respondo: “Você fala se quiser, mas não faço acordo”. É fácil? Não, não é. Já perdi fontes por causa disso, mas pelo menos não me vendi em nenhum momento, no sentido de aceitar condições que me afastariam de buscar a verdade.

**Em quem você se inspira para produzir livro-reportagem?**

Tem tanta gente boa no país. Agora, a gente não tem uma tradição de gente se dedicando exclusivamente ao livro-reportagem, mas isso vem crescendo. Hoje, a gente tem várias pessoas fazendo isso brilhantemente. Tem o Rogério Pagnan, que fez sobre a família Nardoni e se dedicou a contar a história que não estava nos jornais, pesquisou e investigou. Tem Mauri König, que trabalhou no Paraná em redação e fazendo livro-reportagem. Tem Eliane Brum, que é nossa grande referência e a maior jornalista do Brasil, de qualquer tempo, e que sabe conversar em qualquer plataforma, em documentário, no papel. Ela é uma grande narradora, a nossa narradora brasileira. Tem Caco Barcellos, com mais experiência. Audálio Dantas também é uma grande referência, José Hamilton Ribeiro.

Então, a gente tem pessoas que vieram antes e vieram pavimentando esse caminho e uma geração incrível com Chico Felitti, Ivan Mizanzuk, que me dão o maior orgulho, porque é uma geração fazendo jornalismo de qualidade em livro-reportagem.

E isso dá uma baita de uma esperança. A gente tem uma tradição de grandes jornalistas brasileiros, alguns fizeram o impossível, fizeram matérias que ficaram para a história. A gente tem muita gente incrível para se espelhar. ■

## BOLETIM

## Campanhas salariais

As campanhas salariais em jornais e revistas da capital e do interior já começaram. A categoria aprovou as pautas de reivindicações e enviou aos respectivos sindicatos patronais. Agora, o Sindicato aguarda o agendamento da primeira mesa de negociação.

Já em rádio e TV, os patrões ofereceram apenas 5,5%, o que foi amplamente rejeitado pela categoria, que pede ao menos a recomposição da inflação de 10,96% e a negociação da PLR por empresa ou pagamento de multa pelo salário vigente.

🔗 <https://bit.ly/Campanhas-Salariais>

## Sindicato retomou atendimentos presenciais

O Sindicato voltou a atender presencialmente na sede e nas regionais em 4 de abril. Para garantir a segurança e diminuir o risco de contágio dos funcionários, dos jornalistas sindicalizados e visitantes, o SJSP adotou uma série de medidas. O uso de máscara nas dependências do Sindicato é obrigatório.

🔗 <https://bit.ly/3NxFsfm>

## Jornada especial garantida em edital da Prefeitura de Cubatão

Sindicato garantiu o cumprimento da jornada especial dos jornalistas, de 25 horas semanais, em edital de concurso público para a Prefeitura de Cubatão. Com base no decreto federal que disciplina a profissão, o SJSP solicitou a correção do edital e foi prontamente atendido.

🔗 <https://bit.ly/3lWnfv4>

## Diretoria inicia plantão de atendimento na Regional Campinas

Para tirar dúvidas, sindicalizar e estar próximo da categoria, diretores e diretoras da Regional Campinas iniciarão um plantão de atendimento às segundas-feiras na sede da Regional, das 10h às 12h.

🔗 <https://bit.ly/3rEp8Ae>

## Sindicato lança manifesto pelo fim da violência contra jornalistas

A diretoria lançou o manifesto *Pacto Pelo Fim da Violência Contra Jornalistas e em Defesa da Liberdade de Imprensa* para que candidatos a cargos majoritários e proporcionais assumam publicamente o compromisso de se opor a qualquer forma de agressão a profissionais de imprensa. Para tanto, a diretoria irá contatar candidaturas de todos os partidos para subcrever e atuar de forma efetiva pelo fim da violência contra jornalistas.

🔗 <https://bit.ly/3xHmdKE>

## RESENHA

## Cinco ou seis dias e algumas desilusões

por João Marques

João e Dante viviam em Porto Alegre, foram colegas de faculdade, cursaram psicologia e se formaram no início dos anos 2000. Apesar de influências tão distintas, ficaram amigos: o pai de João acreditava que “a luta de classes levaria a um mundo de plena igualdade”, e a mãe estava certa de que “o amor tomaria conta do mundo tão logo se anunciasse a Era de Aquário”; já o pai de Dante, empresário bem sucedido, esperava que o filho “assumisse as responsabilidades daquela herança”. João virou um radical, crítico do sistema capitalista; Dante, um “guri de apê”, mesmo influenciado pelo amigo, acabou aceitando o convite da turma antiga do colégio — uns “playboys desgraçados”, segundo João — e ficou sócio de uma empresa.

*Cinco ou Seis Dias*, de Danichi Hausen Mizoguchi (Dublinense, 192 págs.), narrado em terceira pessoa, reproduz conversas e memórias dos dois amigos e conta que eram crianças quando Tancredo Neves morreu, José Sarney assumiu a presidência, Olívio Dutra ganhou a prefeitura de Porto Alegre, o muro de Berlim caiu, houve a primeira eleição para presidente depois da ditadura e o Brasil foi desclassificado pela Argentina na Copa de 90. João tinha todas essas lembranças, em detalhes, inclusive o jingle do Lula, que sabia de cor. Disso tudo, Dante só se lembrava da Copa e da festa com bandeirinhas

verde-amarelas, que aconteceu em sua casa, comemorando a vitória de Collor. Mas se era verdade que tiveram muitas coisas diferentes, outras começaram a ser iguais, desde que se aproximaram e se tornaram melhores amigos.

Sustentando uma narrativa ágil e densa, do início ao fim do livro, o autor conduz o leitor por uma história que começa em Cabo Polonio, uma praia do Uruguai, onde, cansados do litoral catarinense, resolvem acampar e comemorar uma passagem de ano, e termina depois de cinco ou seis dias, quando levantam acampamento. Após arrendar um consultório e atender alguns pacientes, sem sucesso, Dante desiste dos sonhos e da carreira de psicólogo e leva seus conhecimentos para a The Edge Paradise, empresa de tecnologia que “pretendia transformar o mundo”. Desiludido, sem perspectiva e vendo que o amigo já tinha escolhido outro caminho, João rompe com a namorada Maria, deixa o apartamento em que vivia desde que nasceu e vai morar na rua, pois “não aguentava mais a mediocridade da vida normal”. Com referências de duas gerações e achando que daquela vez seria diferente, os personagens de Mizoguchi acreditaram em sonhos que foram destruídos em pouco tempo — cinco ou seis dias, cinco ou seis meses, cinco ou seis anos —, “porque nossa frágil convicção não durou mais do que isso”.

Danichi Hausen Mizoguchi nasceu em Porto Alegre, em 1981, é professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, e tem relevante produção acadêmica; publicou *Amizades Contemporâneas: Inconclusas Modulações de Nós* (finalista do Prêmio Açorianos), *Segmentariedades: Passagens do Leme ao Pontal* (2º lugar no Prêmio da UBE), entre outros livros e diversos ensaios; *Cinco ou Seis Dias* é sua estreia na ficção. ■

## DICAS DE LEITURA

## Estudo sobre o Fim – Banguê-banguê à Paulista

Paula Fábio Reformatório, 136 págs.

Entregadores de aplicativo, moradores da quebrada, pastores evangélicos são alguns dos personagens desse romance que faz uma reflexão sobre o Brasil atual.

## Eva

Nara Vidal Todavia, 112 págs.

Personagem acusada, desde criança, de ter o diabo no corpo cresce sofrendo com os julgamentos, quando, finalmente, decide tomar as rédeas da própria vida e passar a limpo a sua história.

## Solitária

Eliana Alves Cruz

Cia das Letras, 168 págs.

Em prosa ágil, romance mexe com o imaginário do trabalho doméstico no Brasil — ainda tão vinculado à época escravocrata — e conta a história de duas mulheres negras que trabalham em um condomínio de luxo.

## Orixás no Terreiro Sagrado do Samba

Claudia Alexandre

Fundamentos de Axé, 224 págs.

Resultado de sua dissertação de mestrado na PUC-SP, jornalista apresenta trabalho sobre as origens das manifestações afro-brasileiras, que ocuparam o Bexiga e criaram a Vai-Vai.

## Hiroshima, Meu Amor

Marguerite Duras

Relicário, 196 págs.

Encomendado à autora pelo cineasta Alain Resnais (que lhe pediu: “faça literatura e esqueça a câmera”), roteiro é publicado pela primeira vez no Brasil, trazendo os diálogos originais do célebre filme.

## DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclubes Vladimir Herzog

## Respect: A História de Aretha Franklin

Liesl Tommy (EUA, 2021)

Filme acompanha a carreira da cantora, desde a infância, participando dos corais da igreja, até se tornar a lenda musical, militante e defensora dos direitos civis.

🔗 Prime Video

## Lakers: Hora de Vencer

Jim Hecht e Max Borenstein (EUA, 2022)

Série conta a história do time que, com a chegada de um novo dono, se transformou em um dos maiores do mundo e mudou a história do basquete para sempre.

🔗 HBO

## WeCrashed

Lee Eisenberg e Drew Crevello (EUA, 2022)

Baseada no podcast *WeCrashed: The Rise and Fall of WeWork de Wonderly*, série acompanha a história dos fundadores de uma das maiores startups do mundo, a WeWork. 🔗 Apple TV+

## Pachinko

Soo Hugh (EUA, Coreia do Sul, 2022)

Baseada no livro de Min Ji Lee, série trata de racismo, xenofobia e acompanha a história de quatro gerações de uma família de imigrantes coreanos, que partiu do seu país, passou pelo Japão e chegou aos Estados Unidos. 🔗 Apple TV+



Emmanuelle Riva e Eiji Okada vivem romance sobre os escombros da guerra no clássico *Hiroshima Mon Amour*

## Hiroshima, Meu Amor

Alain Resnais (França, 1959)

Com roteiro de Marguerite Duras, filme conta a história do caso de amor entre um arquiteto japonês e uma atriz francesa, após os horrores da bomba atômica.

🔗 Youtube (<https://youtu.be/XKGg7OyrsB4>)

## MEMÓRIA



Um dos principais artistas brasileiros, Elifas teve presença destacada em grandes revistas do país e na imprensa alternativa de oposição à ditadura militar

## Elifas Andreato: operário, artista, jornalista

por Sérgio Gomes

Este ano, o Dia do Jornalista foi comemorado na Praça Memorial Vladimir Herzog, que Elifas Andreato desenhou com os próprios pés no já distante 23 de abril de 2011. Ali, estão quatro obras emblemáticas de sua autoria.

Neste dia 9 de abril, o ponto alto foi uma eleição. Por unanimidade, jornalistas, artistas e estudantes de jornalismo decidiram que, a partir de agora, aquele espaço junto à Praça Vladimir Herzog denomina-se Centro Cultural a Céu Aberto Elifas Andreato, palco de futuras apresentações.

Essa foi uma das formas encontradas de converter a profunda tristeza detonada pelo seu falecimento, no dia 29 de março, em celebração da vida deste que foi um dos principais artistas brasileiros.

Nascido em Rolândia, Paraná (1946), numa família de lavradores, muda-se com a família para São Paulo em 1958 e torna-se aprendiz de torneiro mecânico na Fiat Lux, fábrica de fósforos, em 1960. Ali, publica os primeiros desenhos no jornal interno, cria cartazes de prevenção de acidentes e pinta painéis que decoravam o salão da fábrica nos bailes de sábado.

Em 1965, abandona esse emprego para dedicar-se à carreira artística, tornando-se assistente de cenografia do programa *Luiz Vieira* na TV Record. Em 1967, é contratado pela Editora Abril, onde passa pelas revistas *Quatro Rodas*, *Veja* e *Realidade* e participa da criação de *Placar*. Em 1969, passa a colaborar com jornais de oposição ao regime militar, chegando a imprimir, em mimeógrafo na sua própria casa, o clandestino *Libertação*.

Desenha as primeiras capas de disco em 1972: *Dança da Solidão*, de Paulinho da Viola, e *Batuque na Cozinha*, de Martinho da Vila.

Elifas ainda integrou a direção de jornais da imprensa alternativa: *Opinião*, *Movimento* e a revista *Argumento*. Colaborou com o teatro, através de cartazes e cenografia.

*Muro de Arrimo*, com direção de Antonio Abujamra, rendeu-lhe o primeiro dos muitos prêmios nas artes cênicas.

Conquistou três campeonatos seguidos como carnavalesco da Camisa Verde e Branco. Ganhou o Grande Prêmio da Canção Ibero-americana em Washington, em parceria com Jessé. Cenografou e produziu o programa *Som Brasil*, com a apresentação de Lima Duarte, na Globo, e projetou a Praça Antonio Prado, no centro de São Paulo. Construiu uma parceria de vida inteira com Rolando Boldrin.

E tem mais. Muito mais.

A quem tiver interesse em conhecer mais profundamente seu legado, sugiro o livro *Vai, DJ!*, de João Rocha Rodrigues, Editora Palavras, que foi lançado dia 9 de abril no Centro Cultural a Céu Aberto Elifas Andreato e chega agora às livrarias. É dele que tiramos a citação de Elifas abaixo.

“Meu maior orgulho – maior do que qualquer prestígio é capaz de alcançar – é poder dizer que minha arte se liga à história da minha vida, das vidas assemelhadas à minha, e serve para contar o que eu e pessoas semelhantes a mim entendemos que seja o mundo, a justiça e a liberdade.

Nunca tive a pretensão de saber tudo. Mas sempre estive atento às coisas que a vida podia ensinar, já que mal pude frequentar uma escola. Entretanto, foram muitos os mestres que me deram a mão nessa trajetória. O jornaleiro na Vila Anastácio que, ainda que não tivesse um tostão no bolso, permitia ao garoto folhear revistas que lhe revelaram o mundo, A assistente social que conseguiu ver uma fagulha de talento no aprendiz de torneiro mecânico e o convidou a fazer a decoração das festas da fábrica. Os companheiros do jornalismo que acolheram o capiau que mal sabia ler e lhe apresentaram a realidade do país. Sem falar da turma da música, do teatro, da televisão. Foram tantos...

Mas, hoje, gostaria de lembrar da contribuição dos que estavam no chão de fábrica, por assim dizer: operários como fui um dia”

## CONHEÇA OS DOIS TIPOS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

### PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício (CLT ou estatutário)

**1% DO SALÁRIO** com TETOS de  
**R\$ 45** para o Interior, Litoral e Grande SP  
**R\$ 70** para a Capital

### FIXA

para jornalistas sem vínculo  
**R\$ 40** Interior, Litoral e Grande SP  
**R\$ 60** Capital

Para quem puder pagar mais, há a **mensalidade solidária** (valor suplementar voluntário)

**SINDICALIZE-SE:** <https://sjsp.org.br/pagina/sindicalizacao-online>  
**MAIS INFORMAÇÕES:** [mensalidade@sjsp.org.br](mailto:mensalidade@sjsp.org.br) ou (11) 94539-8810



### COLUNA DO JUCA

## Pau no Lula

por Juca Kfoury

### CONTRAPOR LULA AO FASCISTA É EQUIVALENTE A DIZER QUE CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE SÃO A MESMA COISA

O fascista, diga o que disser, está normalizado. Por maior que seja o absurdo, e a imprensa registra todos, nem dá manchete. Faz parte.

Mas se Lula fala em lei de mídia, em legalização do aborto, em culpas divididas pela invasão russa na Ucrânia, é um bafafá.

Como negar ser o aborto questão de saúde pública? Ora, ninguém pode ser “a favor do aborto”, nem que as mulheres ricas abortem à vontade com segurança e as pobres morram nas mãos de inaptos.

Regulação da mídia é censura? Alguém falou em controlar conteúdo? Nunca! Por que nos Estados Unidos e na Europa pode e aqui não?

E por que quando o papa Francisco também divide a responsabilidade da guerra a repercussão é outra?

“Ah, o Lula tem de parar de improvisar.”

Daí, ele faz ótimo discurso lido ao se lançar pré-candidato e dizem que perdeu a espontaneidade.

É claro, Lula é o favorito, deve ser seguido com lupa, mas parece que nem foi presidente por oito anos e jamais pôs a democracia em risco, ao contrário, recusou plebiscito para ter o terceiro mandato, que ganharia com mais de 80% dos votos.

Como é verdade que a mídia cobriu corretamente a cerimônia da pré-candidatura, ao vivo, sem cortes, até a Jovem Klan!

Nada contra quem o critica, ou até propõe segundo turno com três candidatos, sem dúvida uma ideia inovadora, rara, quem sabe genial.

Eu mesmo, confesso, quando o Corinthians, ou a Seleção Brasileira, nesta ordem, não chega à final de uma Copa, fico com vontade de propor um triangular decisivo...

Que se caia de pau em Lula é aceitável, compreensível e necessário.

Que ele seja posto na vala do fascista, não. Definitivamente, não!

Lula, Ciro Gomes, Simone Tebet, até mesmo João Doria (argh!) representam o mundo civilizado, com projetos diferentes, opostos até.

Mas contrapor Lula ao fascista é equivalente a dizer que civilização e barbárie são a mesma coisa.

O erro já foi cometido em 2018 quando um professor de história impecável, Fernando Haddad, acabou derrotado pelo soldado terrorista posto para fora do Exército.

O preço é impagável e tétrico: quase 700 mil mortos pela pandemia subestimada, volta do país ao mapa da fome, inflação, salário mínimo píffio, meio ambiente e cultura destruídos. Chega!

**TRAÇO LIVRE** | por Elifas Andreato (22/1/1946 - 29/3/2022)


**E**sta obra precisa ser vista com vagar. É preciso examinar cada detalhe e descobrir o porquê de cada um. É necessário conhecer um pouco da história recente do Brasil e do que se passou na espanhola Guernica como preparativos da 2ª Guerra Mundial. Também é necessário saber quem é o autor desta tela e as circunstâncias que a levaram a existir, publicamente, a partir de 25 de outubro de 1981.

Nesse ano, Hermínio Bello de Carvalho foi curador de uma exposição promovida pela Funarte e patrocinada pela IBM. Cem artistas plásticos brasileiros foram convidados a celebrar o centenário de nascimento de Pablo Picasso (nascido em 25/10/1881) criando um trabalho inspirado nele. Elifas Andreato foi um deles.

Quando descobre a coincidência de datas de nascimento do homenageado com o assassinato do seu amigo Vladimir Herzog (25/10/1975), veio o estalo. “Por seis anos seguidos, amarguei a angústia de lembrar sua morte por meio da foto farsante do Vlado

enforcado, como se fosse um suicida. Resolvi repor a verdade histórica e pintei este quadro, que denuncia como ele e tantos outros foram mortos pela ditadura. Sofri muito para concluir este *25 de Outubro*. Fui o último dos artistas a entregar a encomenda. O salão já estava montado. Por isso, só havia um lugar para ser exposto: na entrada do evento. O representante da IBM, quando viu o trabalho, determina ao Hermínio que excluísse da mostra essa ‘Guernica Brasileira’, para que a empresa não tivesse problemas com o governo. E Hermínio responde: ‘Como curador, posso dizer: façam o que quiserem com os outros 99. Este fica!’” E ficou.

Em tempo: Elifas doou para o Sindicato o *25 de Outubro/Guernica Brasileira*, entronizado no auditório Vladimir Herzog. Uma reprodução foi confeccionada como mosaico pelas crianças da escola Projeto Âncora, de Cotia, instalada, em 2013, no Muro das Evocações da Praça Memorial Vladimir Herzog. ■

**Texto: Sérgio Gomes**